Quercus ambiente

Março/Abril 2009 • Ano 5 • n.º34 • www.quercus.pt • Distribuição gratuita

Tratamento de resíduos urbanos por vermicompostagem

RB

► Página 16 e 17

Entrevista a Madalena Humanes e Helena Gaspar

Sobre organismos marinhos e suas aplicações

SV

► Página 4 e 5

Alimentação Ecológica e Saudável

LF

► Página 8

Urbanismo – Habitar e descansar na cidade

LF

► Página 24

Mecenas Principal: REN Redes Energéticas Nacionais; 20 anos Grupo GENERG

Mecenas: 2ndmarket; VEOLIA ÁGUA; Águas de Valongo

Documentos para a Assembleia-geral podem ser consultados em www.quercus.pt

Os documentos disponíveis para discussão e deliberação na próxima Assembleia-geral da Quercus (28 de Março de 2009), nomeadamente os relatórios de contas e de actividades de 2008, o plano de actividades e o orçamento para 2009 e as listas candidatas aos órgãos nacionais da Associação estão disponíveis para consulta na página de Internet www.quercus.pt.

A Direcção Nacional da Quercus

COMISSÃO ARBITRAL

Delib.ª N.º 01/CA/09

DELIBERAÇÃO

A Comissão Arbitral considera que é, sem dúvida, mais conveniente deliberar para a generalidade dos casos, à guisa de produzir alguma doutrina, do que decidir caso a caso com base nas eventuais especificidades de cada um, já que sempre se poderia argumentar contra a bondade da decisão invocando, até, o deficiente conhecimento da C.A. quanto às respectivas particularidades.

Assim sendo e considerando que:

– Antes da existência orgânica estatutária da Comissão Arbitral, a Comissão Executiva da Direcção Nacional da QUERCUS adoptou, como norma, a incompatibilidade do exercício de funções dirigentes com as de cargos políticos;

– São cada vez mais relevantes e notórias – nos regimes democráticos da novel civilização globalizada – promiscuidades político-partidárias com áreas fundamentais, e que se requerem independentes, da Sociedade Civil e por vezes, até, com os pilares estruturantes do Estado de Direito;

A Comissão Arbitral decide, – ao abrigo dos Arts.º 26.º e 29.º dos Estatutos da QUERCUS – para valer como norma vinculatória, nos procedimentos a adoptar no âmbito da QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza - até que outra deliberação, da própria Comissão Arbitral ou da Assembleia-Geral determine em contrário, o seguinte:

1. – É considerado incompatível o exercício de funções dos titulares dos todos os órgãos estatutários da Quercus, incluindo suplentes, bem como as dos integrantes do Conselho de Representantes e as dos dirigentes, incluindo suplentes, dos Núcleos Regionais, com o exercício dos cargos que, nomeadamente se referem ou dos que possam ser considerados equiparados:

a) - de representação político-partidária;

b) - de nomeação política;

c) - de direcção ou chefia, ou equiparados, da Administração Pública;

d) - de administração ou gestão de empresas públicas;

e) - de administração ou direcção de entidades públicas empresariais ou de empresas privadas que, por si ou por interposta pessoa jurídica, prestem serviços na área do ambiente;

2. – De igual modo é considerado incompatível o exercício das funções referenciadas em 1. com a inclusão em listas eleitorais para órgãos políticos nacionais, regionais ou locais de qualquer natureza ou a aceitação das respectivas candidaturas;

3. – Os sócios abrangidos pela presente deliberação deverão abdicar do exercício das suas funções, ou mandatos ou suspendê-los, nos casos previstos no ponto 2., enquanto não se encontrarem no efectivo exercício dos cargos para que foram eleitos – de tudo dando conhecimento à Direcção Nacional e à Comissão Arbitral.

A presente deliberação será remetida à Direcção Nacional da QUERCUS desde já se solicitando que seja divulgada, nomeadamente, por publicação no Jornal «QUERCUS – Ambiente».

Santo André, 19/01/2009

A COMISSÃO ARBITRAL

Carlos Alberto Marques Pinto Pereira
Paulo Magalhães
Carla Marques Pinto

A Direcção Nacional da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza - recorda o local e data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Quercus:

Convocatória

Assembleia-Geral Ordinária
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

Lisboa, 28 de Março de 2009

De acordo com os Artigos, 15.º e 17º dos Estatutos, convoco todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, a realizar na sede da Associação, situada no Centro Associativo do Calhau, Sítio do Calhau, em Lisboa, no dia 28 de Março de 2009 (Sábado), com início às 13:00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação do balanço, relatório de actividades e contas da Direcção Nacional, bem como do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2008;

2 – Deliberação sobre as linhas de orientação da Associação, estratégia para o mandato dos futuros corpos sociais e apresentação de candidaturas;

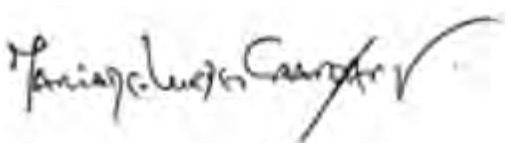
3 – Eleição dos órgãos sociais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Direcção Nacional e Comissão Arbitral;

4 – Apreciação e votação do plano de actividades e do orçamento para o exercício em 2009.

De acordo com o n.º 2 do Art.º 15.º, a Assembleia Geral reunirá em primeira convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 22 de Dezembro de 2008.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



(Maria de Lurdes Cravo)

Revisão da Lei das Exóticas

Quercus quer Plano de Erradicação no terreno

Direcção Nacional da Quercus

A Quercus analisou a proposta de revisão da legislação que regula a reprodução, comercialização, transporte e introdução de espécies não indígenas em território nacional, Decreto-Lei n.º 565/99 de 21 de Dezembro, e efectuou algumas observações e sugestões de forma a enriquecer a revisão da referida legislação.

IDALINA PERESTRELO

Um problema a nível global

Actualmente a introdução de espécies não indígenas ou exóticas é um problema que afecta os ecossistemas ao nível global. São conhecidas as consequências que daí podem advir, desde problemas relacionados com a diminuição da biodiversidade, chegando até aos prejuízos económicos e sociais inerentes ao seu controlo, e diminuição de rentabilidade na exploração que o Homem faz dos ecossistemas. A nível nacional, em consonância com a legislação europeia, o Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro regula a reprodução, comercialização, transporte e introdução de espécies não indígenas em território nacional. Nove anos após a entrada em vigor do instrumento legislativo acima referido e face à sua evidente desactualização, o ICNB, I.P., colocou em consulta pública uma proposta de revisão. A análise estatística efectuada sobre a lista de espécies apresentadas nos anexos ao documento de trabalho, Anexo I (referente às espécies de flora e de fauna não indígenas com ocorrência e reprodução confirmada no território nacional), o Anexo II (espécies com interesse para a arborização) e o Anexo III (espécies de fauna e flora não indígenas classificadas como invasoras ou que comportam risco ecológico), revela os seguintes dados e leva a nossa associação a formular a opinião que a seguir se transcreve.

WWW.PLANTRIGHT.ORG

Síntese do número de espécies segundo os anexos I e III, com a respectiva proporção

Grupo	Anexo I		Anexo III	
	n.º espécies	% em relação ao total do anexo I	n.º espécies	% em relação ao total do anexo I
Algas marinhas	11	2,94	4	1,07
Flora	263	70,32	84	22,46
Fauna	100	26,74	62	16,58
Total	374	---	150	40,11

Situação preocupante

Quando focamos a análise nas espécies confirmadas em território nacional que se apresentam classificadas como espécies invasoras ou que comportam risco ecológico conhecido, e que correspondem a 40,11% do total das espécies introduzidas, verifica-se que 84 espécies referem-se à flora e 62 espécies à fauna. Espécies tão diversas como Acácias (*acacia sp.*) nas zonas de serra do centro e norte do país, chorões (*Carpobrotus edulis*) nas zonas dunares, ou o jacinto de água nos lagos e rios (*Eichhornia crassipes*) são alguns exemplos de espécies exóticas de carácter invasor que representam uma séria ameaça à biodiversidade e que exigem uma intervenção imediata e concertada visando prevenir e/ou minimizar os danos associados.

Acção urgente

Após uma análise cuidada da proposta de revisão do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro, a Quercus ANCN é da opinião que a revisão do instrumento legislativo poderia ir mais além. Este ponto de vista prende-se com o facto de o referido decreto estar muito centrado em questões burocráticas e de punição, questões para as quais não existe nada a apontar, mas que na actuação com vista à minimização dos impactos negativos inerentes à libertação de espécies exóticas apresenta-se muito vago. É pouco concreto na definição de um plano de actuação a nível nacional, sem apresentação de prazos para a sua definição, nem um esboço para a sua implementação e estrutura de apoio.

A Quercus defende ser fundamental a apresentação urgente (180 dias após a publicação da legislação) de um Plano Nacional de Erradicação de espécies não indígenas com prazos e financiamento adequados, pois estamos na presença de um problema grave para a nossa biodiversidade que deve prever uma intervenção a curto prazo no sentido de o minimizar. No mesmo sentido, a Quercus defende a existência de uma Rede Nacional de Recolha de Espécies Exóticas, nomeadamente para a fauna, em parceria com todos os agentes que actuam nesta área, em especial com as lojas que comercializam este tipo de animais, como medida de prevenção e combate à libertação de animais exóticos na natureza. É igualmente fundamental promover uma grande campanha nacional, junto de todos os agentes que intervêm neste circuito, mas também junto dos cidadãos em geral, alertando-os para os problemas associados à introdução ilegal de espécies exóticas na natureza.

EDITORIAL

A árvore e a floresta

Hélder Spínola
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

A floresta não é só árvores nem tão pouco uma árvore faz a floresta. No entanto, não existem florestas sem árvores.

Em matéria de ambiente a abordagem que a sociedade tem de garantir para assegurar o restabelecimento e manutenção dos equilíbrios não pode deixar de exigir o envolvimento individual de cada cidadão. Reconhecendo que a solução dos problemas ambientais carece do compromisso e empenho das organizações governamentais e não governamentais, com e sem fins lucrativos, não podemos deixar de assumir que enquanto o papel de cada cidadão não se evidenciar muito mais na mudança que se pretende pouco se poderá esperar nos próximos tempos.

Se o desempenho de uma sociedade é muito mais do que o contributo que cada elemento desse mesmo conjunto oferece, também é verdade que a força e o balanço que toma num determinado sentido depende muito do nível de envolvimento de cada um desses elementos.

A ideia errada de que o contributo individual é mínimo e pouco consequente para a mudança global alimenta a inércia e a desculpa para que tudo continue na mesma ou evolua muito devagar. Não podemos deixar de perceber que para resolver problemas tão graves como as alterações climáticas, a extinção de espécies, a degradação da qualidade do ar, o desordenamento do território ou a poluição dos recursos hídricos, é essencial, a par das medidas governamentais, o contributo efectivo de cada cidadão.

Enquanto os governos se desculparem com os cidadãos e estes com os governos para não apostar seriamente na resolução destes problemas, continuaremos a arrastá-los e a agudizá-los no tempo. Cada um tem de cumprir a sua parte e não deixar de o fazer com a desculpa de que o assunto não depende totalmente de si. Apesar dos cidadãos de hoje possuírem uma maior sensibilidade para os problemas ambientais, esta tendência para a desresponsabilização individual está a dificultar a mudança de hábitos e práticas que possam conduzir à sustentabilidade das sociedades.

Porque cada um de nós é como uma árvore numa floresta temos de assumir as nossas responsabilidades individuais e cumprir a nossa função para que o conjunto funcione com os equilíbrios necessários. Podemos ter o melhor sistema de transportes colectivos mas se cada cidadão insistir em utilizar o automóvel continuaremos com os centros urbanos congestionados e poluídos. Podemos ter o melhor sistema de recolha de resíduos selectivos mas se cada cidadão não os separar convenientemente a reciclagem não irá aumentar. Podemos ter disponíveis equipamentos eléctricos mais eficientes mas se não os privilegiarmos na nossa escolha como consumidores continuaremos a gastar energia em excesso. Podemos, inclusive, ter disponíveis recursos alimentares de produção local e biológica mas se a nossa opção recair sobre produtos importados desde longas distâncias e produzidos com recursos a uma agricultura intensiva a nossa pegada ecológica alimentar continuará a ser elevada e insustentável.

Entrevista

a Madalena Humanes e Helena Gaspar

sobre organismos marinhos e suas aplicações

Da SIDA ao Cancro: as respostas das esponjas

“

Madalena Humanes, professora auxiliar do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e Helena Gaspar, investigadora auxiliar do INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, trabalham em conjunto na pesquisa de novos compostos obtidos de organismos marinhos e suas aplicações. Ao Quercus Ambiente falaram das dificuldades e das potencialidades desta pesquisa, suas aplicações no combate a doenças, e da importância dos organismos marinhos e do conhecimento para a conservação.

”

SOFIA VILARIGUES

Sofia Vilarigues

Uma das áreas do vosso trabalho é a pesquisa com esponjas. Qual é a importância desses organismos?

Helena Gaspar (HG)**:** As esponjas são, dos organismos que vivem no meio marinho, aqueles que ao longo do tempo evoluíram menos. Isso significa que conseguiram sobreviver ao longo dos anos a uma série de ataques de outras espécies, de infecções. Têm, portanto, um mecanismo de defesa químico muito potente.

Madalena Humanes (MH)**:** Elas não têm garras, nem carapaças, nada que assim as defenda. Portanto todas as suas defesas têm de ser químicas. Desde o Pré-Câmbrico que existem, portanto são umas sobreviventes natas.

HG: As esponjas, ao contrário do que muita gente pensa, não são plantas, são animais.

MH: Muitas têm uma fase larvar que é móvel. E essa fase larvar móvel é extraordinariamente sensível à temperatura. Portanto, um dos interesses em estudar as esponjas do ponto de vista ambiental, é precisamente que elas nos podem dar indicações muito precisas a esse nível, porque basta uma variação de um grau centígrado para as afectar.

HG: E a capacidade delas filtrarem uma grande quantidade de água, faz com que sejam bons biomarcadores, por exemplo para a poluição.

MH: Por exemplo, há uma esponja que recolhemos na Berlenga que acumula cerca de 3500 vezes mais níquel do que o meio ambiente.

Elas acabam assim por ser, além de bons biomarcadores, essenciais ao próprio equilíbrio do meio marinho?

HG: Exacto, porque filtram muitas quantidades de água.

MH: São. Porque a sua alimentação é feita através de material particulado. Elas comportam-se como se fosse um filtro do aquário global. E encontram-se em todos os lados. Desde a água doce à água salgada, desde a zona intertidal às grandes profundidades.

HG: Há esponjas desde pequenininhas a outras enormes. Há umas que são incrustantes e portanto estão junto das rochas.

MH: Outras que se metem por dentro da rocha, que escavam a própria rocha para sobreviverem.

Sobrevivem em muitos meios e há uma grande diversidade?

HG: Muitos meios. Muita diversidade.

MH: Uma diversidade muito grande.

Qual a sua importância, especificamente para os seres humanos, em áreas como a medicina?

MH: O facto delas só terem defesas químicas atraiu a atenção da comunidade científica.

HG: Por exemplo, no tratamento da SIDA são usados os compostos DDI e o AZT. Estes compostos foram obtidos por síntese com base nos compostos obtidos por um grupo de cientistas numa esponja das Caraíbas, a Cryptothethya crypta, em 1950. Estes compostos são também semelhantes a uns compostos usados como antivirais que foram encontrados numa gorgonia do mediterrâneo pelo grupo do Cimino em 1984. Mais recentemente, em 2008, um grupo de investigadores chineses encontrou numa esponja da China, a Dysidea arenaria, compostos com actividade Anti-HIV. Mas já em 1974 um grupo de investigadores italianos tinha encontrado numa esponja do mediterrâneo, a Dysidea avara, dois compostos com actividade anti-HIV.

Vocês têm feito investigação a esse nível. Podem falar um pouco sobre essas pesquisas?

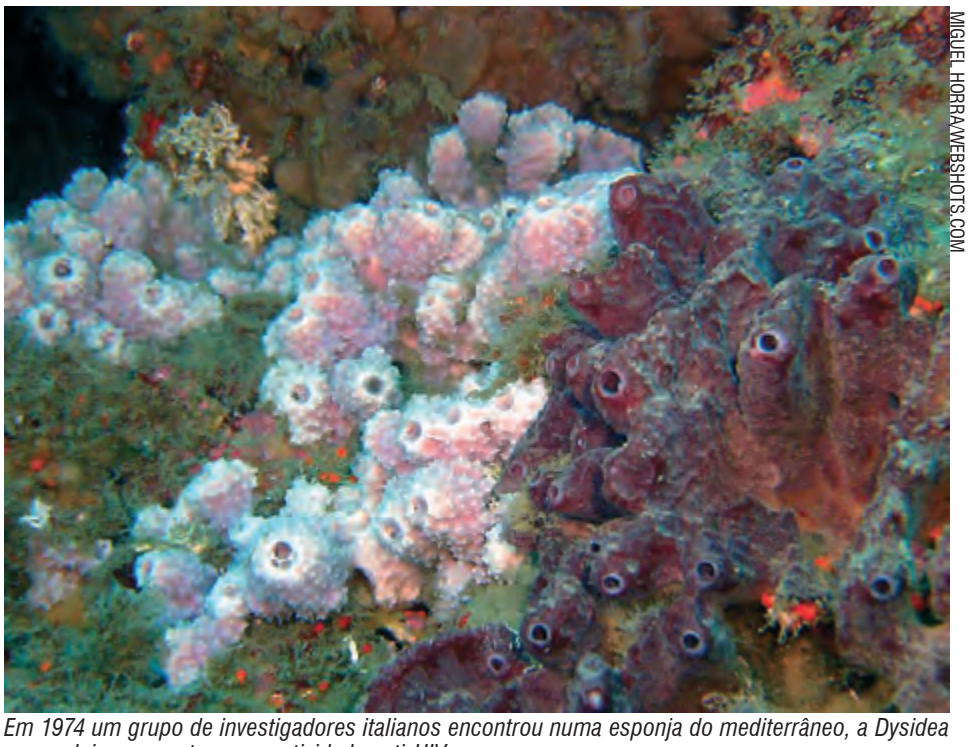
MH: Para trabalhar com o HIV não se pode trabalhar num laboratório normal, tem de se trabalhar num laboratório de segurança reforçada. Há 5 níveis de laboratório, de P1 a P5. P5 acho que só há um em Atlanta, no centro de controle de doenças, aquele célebre que aparece nos filmes. Depois P4 há para trabalhar com vírus como o Ébola, há meia dúzia deles espalhados pelo mundo. P3 são os laboratórios com que trabalhamos a este nível, só há dois em Portugal, um no Instituto de Higiene e Medicina Tropical e outro é em Farmácia. Nós trabalhámos com o grupo do professor Moniz Pereira, de Farmácia. Isto é um processo que envolve uma equipa muito grande. Por exemplo, tem de haver um biólogo, para identificar as esponjas. No caso tem sido a Joana Xavier.

Qual a esponja que investigaram?

MH: Erylus. Normalmente, a actividade anti-HIV das esponjas é devida aos açúca-

res que contêm. Os compostos de açúcares ligam-se de uma maneira não específica aos sectores onde o vírus vai entrar. Bloqueiam a entrada do vírus.

HG: Há vários mecanismos. No mecanismo de acção ao vírus há determinados compostos que, consoante as propriedades que têm, atacam num sítio específico do ciclo de vida.



MIGUEL HORRA/WEBSHOTS.COM

Em 1974 um grupo de investigadores italianos encontrou numa esponja do mediterrâneo, a Dysidea avara, dois compostos com actividade anti-HIV

MH: Há três zonas específicas para o ataque ao HIV. A entrada, no meio, a transcrição, quando ele se replica dentro do núcleo, e depois a saída. Nestes três sítios têm sido tentadas soluções. Depois de ele entrar já não há uma solução muito eficaz. Portanto o melhor é mesmo não o deixar entrar. Mas é difícil. O que aconteceu com esta esponja em particular foi que 98% das células não eram infectadas. Mas, neste momento, parámos este estudo. Porque chegámos à conclusão que o composto em causa é gigantesco. É uma molécula enorme. É tão grande que, com os métodos que temos, não a conseguíamos caracterizar como um todo. Então, tínhamos que a partir. Fizemos algumas tentativas para tentar encontrar qual era a parte dela que se ligava ao receptor. Mas não resultou. Ou seja, não vai dar os resultados que se esperam rapidamente. Abandonámos um bocado esta pesquisa face a outras descobertas que entretanto fizemos e que são mais promissoras.

E quais são?

MH: A investigação actual é com uma esponja deste género Erylus.

Outra?

MH: É da mesma família. Temos ainda dúvidas quanto à identificação da esponja. Mas descobrimos que ela inibe uma enzima que está relacionada com a malária cerebral.

HG: E com o cancro.

Como é que surgiu essa descoberta?

MH: Porque temos uma empresa, a Bioalvo, que está sediada na Faculdade de Ciências. Soubemos que eles tinham montado uma plataforma de testes. Eles estavam particularmente interessados em doenças neurológicas e desordens desse tipo. E portanto, pediram-nos para testar os nossos extractos. Nós fizemos isso e com bons resultados.

HG: Neste momento, estamos a tentar isolar o composto, que não é grande como o outro. O que nós fazemos é: temos fracções que são activas, e estamos a ver qual dos compostos que existem nestas fracções, estamos numa fase de os isolar, é o activo. Pode ser só um composto activo, pode ser uma mistura. Porque às vezes, no tratamento de doenças, o efeito de dois compostos juntos tem uma sinergia que faz aumentar o efeito. Às vezes a actividade que encontramos nos extractos é devida não a um composto mas a uma mistura de compostos. O composto sozinho até pode ser inactivo, mas em mistura ser activo. É muito importante o efeito de sinergia nas actividades biológicas.

Em termos de datas, quando começaram a fazer esta pesquisa?

MH: Esta, em Maio do ano passado.

HG: Agora, desde que se descobre um extracto de esponja activo até que ele chegue ao mercado como um medicamento, há várias dificuldades. Um problema é ter a quantidade deste composto suficiente para que ele possa ser um medicamento. A alternativa é: síntese. Mas nem todos os compostos são possíveis de fazer por síntese. E esse é um dos maiores entraves. A maior parte dos compostos isolados de organismos marinhos têm actividades biológicas, principalmente os que provêm de esponjas. No entanto, neste momento ainda existem muito poucos medicamentos no mercado resultantes de estudos em organismos marinhos.

MH: As esponjas são muitíssimo difíceis de manter em aquário.

HG: Por isso é que estamos a tentar entrar numa linha nova. As esponjas que têm extractos activos para algumas das actividades, o que nós vamos fazer é estudar as bactérias que existem nessa esponja. Porque chegou-se à conclusão que as bactérias que vivem em simbiose com as esponjas são muitas vezes as responsáveis pela produção dos metabolitos bioactivos.

Então, estamos neste momento a seguir essa orientação, em colaboração com outro grupo, de um colega meu do INETI, o doutor Alberto Reis, que tem muita experiência no cultivo de microorganismos.

MH: Basicamente o que ele faz é pegar em microorganismos e conseguir que as bactérias cresçam em grandes quantidades.

Então as bactérias produzem esses compostos mesmo sem estarem nas esponjas?

HG: Muitas vezes sim.

MH: Se conseguirmos ter as condições adequadas.

HG: A maior parte das bactérias que existem nas esponjas não é possível cultivá-las.

MH: Só 10%.

HG: É preciso muita sorte para que estes 10% sejam os responsáveis pela produção dos metabolitos activos.

HG: Se nós temos um extracto de uma esponja que é activo, isolamos as bactérias, e verificamos se o extracto das bactérias é ou não activo também. Isto é um estudo muito grande e multidisciplinar. É necessária uma equipa multidisciplinar.

Que acções e sobre que doenças estão a ser investigadas neste momento?

HG: Nós temos uma colaboração contra a tuberculose, porque a tuberculose continua a ser uma doença...

MH: Que neste momento requer todo o esforço.

HG: A tuberculose é uma das doenças prioritárias, continua a matar muitas pessoas no mundo. Esta colaboração é feita com um grupo estrangeiro, se não me engano com o México.

E é a partir de uma esponja também?

HG: Sim.

MH: Os resultados testados até agora não são espectaculares.

SOFIA VILARIGUES

HG: Há uns que embora dêem extractos positivos não são suficientemente bons para se investir. Para se poder continuar com os estudos, seja para a SIDA seja para a tuberculose, é necessário que o composto tenha uma actividade superior aos medicamentos que existem no mercado. No entanto, há um aspecto importante neste momento. É muito importante encontrar compostos que sejam activos para as estirpes, por exemplo, de tuberculose resistente aos medicamentos utilizados. Porque o uso generalizado dos antibióticos causou resistências.

MH: As doenças de que vamos à procura são sugeridas pelas estruturas que vamos encontrando, por compostos análogos, pelo que nós sabemos, depois vamos à procura de quem faz esse teste ou se alguém está interessado em fazer-nos esses testes.

Passando então aos bioindicadores, o que têm feito a esse nível?

MH: Os bioindicadores foram um trabalho que surgiu pelo facto da esponja que descobri nas Berlengas acumular níquel em grandes quantidades. Mas no caso isso não estava ligado a qualquer problema ambiental. Fizemos entretanto outro tipo de indicadores. Primeiro tivemos que seleccionar a espécie de esponja. Acabámos por seleccionar uma que é comum nas nossas costas, nas costas de toda a Europa e no Mediterrâneo, que é a cliona, que é uma praga para as culturas das ostras. É fácil de recolher e que existe com abundância, um pouco por todo o lado. Depois, fomos analisar algumas enzimas e verificámos que aparentemente há alguma resposta dessas esponjas aos poluentes. Entretanto, não houve financiamento para continuar com o trabalho...

Sintetizando, em que projectos estão a trabalhar neste momento?

MH: Temos outras coisas entre mãos. Entre elas, temos uma bactéria que tirámos de uma esponja, que produz um composto fluorescente que é sensível ao cálcio. Também estamos a trabalhar com melanina, que estamos a pensar utilizar para incorporação em tintas para painéis solares, para geração de energia.

Portanto, estamos a trabalhar em 4 projectos. Com bactérias, avaliando os extractos. As bactérias como biomarcadores. As bactérias e as esponjas para a enzima, para a malária e o cancro, em colaboração com a Bioalvo, que eles é que têm a patente para fazer a avaliação da actividade biológica. E a melanina.

HG: E claro, do ponto de vista de investigação científica, temos contribuído para o estudo dos organismos marinhos portugueses, quer algas quer esponjas. Porque embora tenhamos uma costa tão grande, os estudos sobre os nossos organismos do ponto de vista químico eram muito poucos. São raros. Os estudos da professora Madalena foram no fundo pioneiros nesta área.

MH: O estudo dos produtos naturais marinhos começaram comigo e também com a doutora Regina Tavares, no INETI.

HG: Eu acho que se nós conhecermos melhor aquilo que existe no nosso ecossistema, também contribuímos para poder, no futuro, conservar melhor aquilo que temos. Só podemos conservar se conhecermos.

Tribunal pára destruição de habitats na Ria de Alvor

O Tribunal Central Administrativo do Sul não deu provimento ao recurso interposto pela empresa Butwell, proprietária da Quinta da Rocha, contra a decisão da providência cautelar decretada em Julho de 2008 pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

Grupo de Acompanhamento da Ria de Alvor

IDALINA PERESTRELO

Desde a Primavera de 2005, que os proprietários da Quinta da Rocha têm vindo a ordenar intervenções que resultaram em enormes danos ambientais numa zona protegida pelos mais elevados estatutos de protecção ambiental, nacionais e comunitários. Destas intervenções resultaram a destruição de espécies e habitats prioritários, a destruição completa de um sapal com habitats protegidos, a remoção selectiva de bioindicadores de habitats protegidos e ainda um enrocamento não autorizado em zona costeira.

Numa importante decisão em termos de jurisprudência ambiental, o Tribunal aceitou a totalidade dos pedidos dos requerentes, proibindo os proprietários de reiniciar qualquer tipo de actividade, obra ou trabalho nas áreas onde se encontram espécies protegidas, ou com incidência nessas áreas, sob pena de incorrerem em crime de desobediência.

Com a rejeição do recurso dos proprietários, a sentença da providência cautelar transita assim em julgado, mantendo-se a proibição de trabalhos nas zonas protegidas até ao final do processo da acção principal, que foi entretanto interposta pelo Grupo de Acompanhamento da Ria de Alvor exigindo a reposição integral dos habitats destruídos.

Em Novembro passado, no entanto, os proprietários voltaram a lavrar o sapal Este da propriedade em clara e flagrante desobediência à sentença cautelar cujo recurso viram agora negado.

O Grupo de Acompanhamento da Ria de Alvor receia que estas desobediências reiteradas façam parte de uma estratégia de factos consumados, de modo a remover os constrangimentos impostos pela legislação ambiental, abrindo assim caminho para a urbanização dos terrenos há muito desejada.

A estratégia do facto consumado é, de resto, um expediente que tem dado frutos na aprovação de muitos empreendimentos que seriam de outra forma ilegais, à luz da legislação ambiental.

Aguardam-se assim com expectativa as consequências do desrespeito à sentença cautelar e o desenvolvimento da acção principal que visa a reposição dos habitats.

Grupo de Acompanhamento da Ria de Alvor:
- ► A Rocha (Associação Cristã de Estudo e Defesa do Ambiente)
- ► Almargem (Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve)
- ► GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente)
- ► LPN (Liga para a Protecção da Natureza)
- ► Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza)
- ► SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves).

www.riadealvor.org
www.arocha.org

GENERG instala central solar no ALENTEJO

O projecto de instalação de uma central solar em Ferreira do Alentejo do Grupo Generg prevê a instalação de 12 MW em painéis solares.

A central fotovoltaica da Generg, que será instalada na Herdade da Chaminé, no Concelho de Ferreira do Alentejo, ocupará uma área de 58 hectares e terá um custo de cerca de 50 milhões de euros. Nesta unidade de produção de energia renovável serão instalados 63.360 módulos fotovoltaicos com uma potência de 12 MW e com uma produção estimada de 21,3 GWh. A central deverá produzir energia suficiente para suprir as necessidades de todo o concelho de Ferreira do Alentejo, o equivalente ao consumo de electricidade em baixa tensão de 9 mil habitantes.

O projecto teve início em Junho de 2008 e prevê-se que a partir de Março de 2009 já esteja a produzir energia limpa, contribuindo, assim, para um desenvolvimento sustentável.

A energia limpa que esta central fotovoltaica irá produzir fará ainda com que se reduza a importação de fuel em 7 mil toneladas/ano e se reduza a emissão de CO_2 para a atmosfera em 12 mil toneladas/ano.

GENERG

Biodiversidade agrícola

Ambra Sedlmayer

Antes do advento da agricultura industrializada, uma grande diversidade de plantas e animais eram criados na mesma exploração. As variedades estavam adaptadas às condições ambientais em que a exploração se enquadrava. A diversidade produzida servia para assegurar a produção em caso de pragas ou condições climáticas invulgares, pois, havendo uma grande diversidade há sempre algumas variedades que resistem melhor que outras.

DALINA PERESTRELO

O que é a agrobiodiversidade?

A agrobiodiversidade é a diversidade de plantas e animais existentes numa exploração ou numa região. Note-se ainda que a produção de cada variedade necessita de estar associada a um conhecimento da planta ou do animal, das condições que necessita, de técnicas associadas à sua produção e de usos que pode ter. Este conhecimento é essencial para a preservação da agrobiodiversidade e por isso, por vezes, é incluído na definição de agrobiodiversidade. Na Inglaterra uma raça de cavalos, o Suffolk Punch, estava associada ao conhecimento de plantas selvagens que serviam para tratar doenças destes animais.

L. FERNANDES

Com a diminuição do uso destes cavalos, os conhecimentos sobre os usos das plantas selvagens também se perderam e a manutenção de cavalos saudáveis tornou-se mais difícil.

As variedades altamente produtivas foram substituindo as variedades tradicionais e localmente adaptadas. Desde o início do

L. FERNANDES

século XX, aproximadamente 75% da diversidade genética de cultivares de todo o mundo foi extinta.

Até um período relativamente recente, o único método de selecção de culturas empregue era a recolha de sementes dos indivíduos de uma população, que possuíam uma ou mais características desejáveis – como o potencial de elevado rendimento ou resistência a doenças – e a sua multiplicação na próxima sementeira. Este método de selecção artificial, utilizado há milhares de anos em todo o mundo, permitiu o desenvolvimento de variedades locais, adaptadas às condições de cada região.

Este método antigo e tradicional de selecção, apesar de relativamente lento e de resultados variáveis, tem a vantagem de ser semelhante à selecção natural, pois, tal como esta, ocorre nos ecossistemas naturais. Características envolvendo adaptação às condições locais são retidas juntamente com outros aspectos mais directamente desejáveis de rendimento e desempenho, mantendo-se também a variabilidade genética.

Desta forma, as variedades locais vão de encontro a um dos princípios básicos da

L. FERNANDES

agroecologia: o desenvolvimento de plantas adaptadas às condições locais da região, tolerância às variações ambientais e ao ataque de organismos prejudiciais. Evitam assim o uso de fertilizantes químicos, pesticidas, herbicidas e outros produtos prejudiciais para o ambiente e para a saúde humana. Outro aspecto importante consiste na maior autonomia do agricultor, que pode recolher as suas sementes e voltar a semeá-las no ano seguinte, sendo independente das grandes companhias de sementes e permitindo o contínuo melhoramento das espécies.

Mas porque se estão a perder as variedades locais?

Como recentemente o objectivo dominante da agricultura se tornou produzir cada vez mais, empresas especializadas começaram a desenvolver variedades altamente produtivas. Nas novas variedades as prioridades para a sua selecção já não são as mesmas que antes da transformação industrial da agricultura. Agora é importante que as plantas e os animais produzam

L. FERNANDES

muito em pouco tempo, que amadureçam ao mesmo tempo para facilitar a colheita mecanizada e que resistam ao transporte à volta ao mundo, que é tão vulgar hoje em dia para uma humilde batata.

As variedades híbridas têm geralmente maior produtividade que as tradicionais, mas apenas se utilizarem fertilizantes químicos e pesticidas. Além disso, as variedades híbridas crescem numa maior diversidade de climas, enquanto que as tradicionais crescem melhor nas condições locais às quais estão adaptadas. Consequentemente, as vendas das variedades híbridas são a uma escala superior, o que interessa às empresas de produção de sementes. Por fim, as sementes que as plantas híbridas vão produzir já não dão origem a uma planta igual à da semente inicial, obrigando os agricultores a comprar todos os anos sementes novas.

Um outro factor que hoje trabalha contra a manutenção de variedades locais é que só as sementes de variedades altamente homogéneas, registadas no Catálogo Nacional de Variedades podem ser comercializadas. Esta medida oficialmente serve para proteger o consumidor que assim tem garantias de que, ao comprar sementes, obtêm realmente a variedade descrita pelo comerciante. No entanto, o processo de inscrição de uma variedade no Catálogo Nacional de Variedades é moroso e caro, pelo que só variedades com elevado interesse comercial são inscritas.

Como produzir as suas próprias sementes

Nesta secção pretendemos disponibilizar informação que facilite aos interessados produzirem as suas próprias sementes de ano para ano. Dois aspectos são fundamentais para a obtenção de sementes de qualidade:

No cultivo das plantas das quais se pretende extrair as sementes:

É necessário ter em atenção se a variedade de que pretende obter sementes pode formar híbridos ao ser polinizada por insectos ou pelo vento com pólen de uma espécie ou variedade próxima. Neste caso as sementes que obtiver podem originar plantas com características distintas das da planta mãe, para evitar que isso aconteça é importante manter as plantas para obtenção de sementes afastadas de plantas com as quais possa hibridizar, podendo ser necessário cobrir as flores e proceder à polinização manual.

Na colheita de sementes:

É importante que as sementes sejam colhidas de plantas com as características desejadas. É necessário que as sementes sejam conservadas em condições adequadas até serem semeadas, geralmente necessitam de ser secas e guardadas num lugar seco para não germinarem ou ganharem bolor ou "bichos". As sementes têm uma viabilidade definida e portanto não germinarão se forem armazenadas demasiado tempo.

Procura e oferta de sementes "caseiras"

Se tiver sementes de variedades não híbridas ou até de cultivares que se cultiva há décadas na sua região, não deixe de as partilhar com agricultores interessados!

Atitudes

Alimentação ecológica e saudável

(Parte I)

Muitas considerações se podem fazer em relação à nossa alimentação, sob vários pontos de vista, interessa pois realçar as implicações ambientais, bem como os possíveis reflexos na nossa saúde, do tipo de alimentação e de alimentos que consumimos e seu modo de produção

Alexandra Azevedo

Esta análise é de tal modo importante que, de acordo com um estudo divulgado pela Comissão Europeia (CE), a alimentação é uma das quatro áreas do consumo privado que mais contribui para problemas ambientais, com um peso na ordem dos 20 a 30 por cento, sendo a carne e os produtos lácteos que mais contribuem para o consumo dos recursos energéticos. (EIPRO, 2006)

Nesta primeira parte irei destacar os principais aspectos que caracterizam o actual modo de produção de alimentos, hábitos de consumo e suas consequências. Na segunda parte irei reflectir sobre as medidas e comportamentos para alcançarmos uma alimentação mais ecológica e, simultaneamente, mais saudável.

Industrialização da produção de alimentos

Após a 2ª Guerra Mundial, a alimentação e o seu modo de produção, começou a sofrer uma profunda transformação a nível mundial. Na agricultura chamou-se Revolução Verde ao aumento das quantidades produzidas, através do uso de fertilizantes químicos e de pesticidas de síntese, até então inexistentes. Na pecuária também houve um processo semelhante, em que se foi reduzindo a área disponibilizada aos animais, e estes passaram do ar livre para o interior de grandes pavilhões.

Esta industrialização conduziu-nos a uma dieta cada vez menos variada, porque a agro-indústria promove e gira em torno de meia dúzia de variedades para cada espécie de plantas. Os números da perda da agro-biodiversidade são claros e, de certa forma, assustadores: 75% da diversidade alimentar Europeia desapareceu desde 1900; 93% da diversidade alimentar Americana desapareceu no mesmo período.

Toda a cadeia alimentar está subjugada ao conceito de Fast Food, começando nas plantas agrícolas, passando nas espécies pecuárias até ao topo da cadeia alimentar, o Homem:

IDALINA PERESTRELO

► Nas culturas agrícolas através dos fertilizantes químicos, que são compostos pelos principais nutrientes que as fazem crescer – Azoto, Potássio e Fósforo;

► Nas espécies pecuárias os seus hábitos alimentares ancestrais foram substituídos pelas rações, compostas essencialmente por milho e soja, ou seja grãos sem nada de "verde";

► Nós, humanos, restringimos não só o leque de espécies de plantas na nossa alimentação, como restringimos as variedades destas plantas, conforme já referido, e assiste-se a uma uniformização do regime alimentar em que as várias dietas tradicionais são substituídas pela chamada dieta ocidental, caracterizada pelo aumento do consumo de carne e lacticínios e redução do consumo de frutos e legumes, e de produtos processados industrialmente (como os refinados e os extrudidos) e pré-cozinhados.

À industrialização associa-se o controlo pela sua comercialização e distribuição, havendo actualmente grandes multinacionais que controlam muitos dos principais alimentos para consumo humano e matérias-primas para as rações animais. A título de exemplo, a maior empresa do sector agro-alimentar, a Nestlé, é a 27ª maior empresa mundial! Em Portugal, as grandes superfícies estão a asfixiar a boa agricultura portuguesa com a sua política de preços e de normalização.

Ao nível social as consequências são pois muito visíveis, o acesso aos factores de produção na mão de agricultores com mais recursos e a competição feroz e o comércio cada vez mais globalizado, foi arrastando durante estas últimas décadas, e continua a arrastar, milhares de agricultores e camponeses, todos os anos, em todo o Mundo, para o abandono da agricultura. Na ausência de outras oportunidades de rendimento nos sectores secundário (indústria) e terciário (serviços), muitas destas pessoas não têm outra solução que não seja a imigração, tantas vezes ilegal, e o êxodo para as cidades, com as inevitáveis consequências no crescimento urbanístico desordenado, delinquência e criminalidade.

Outras consequências da intensificação da produção são a diminuição do valor nutricional dos alimentos; o uso massivo de pesticidas, antibióticos e hormonas, e consequente contaminação dos alimen-

tos e do ambiente; maiores consumos em combustíveis, quer na produção quer no transporte a nível mundial dos alimentos (tanto maior quanto maior a dependência dos países e/ou regiões no fornecimento de alimentos); e aumento da produção de resíduos (os resíduos de embalagem (vidro, papel/cartão, metal e plástico) representam cerca de 25% do peso, e estima-se 40% do volume, em relação ao total dos resíduos sólidos urbanos produzidos, podemos inferir um contributo considerável dos resíduos de embalagem de produtos alimentares).

IDALINA PERESTRELO

Alimentos transgénicos

Os alimentos GM (Geneticamente Modificados) ou transgénicos, tecnologia recente no processo de industrialização da agricultura, são mais uma ameaça não só à perda de biodiversidade agrícola, mas também para a saúde, a agricultura e o ambiente. Por exemplo, ao nível da saúde, não têm sido avaliados os seus efeitos, e não são conhecidos os seus efeitos a longo prazo, dado que os cultivos comerciais de plantas GM em maior escala começaram em 1996. Estudos têm revelado alterações dos órgãos e mesmo a morte de animais de laboratório que apenas consumiram alimentos transgénicos.

IDALINA PERESTRELO

Contaminação dos alimentos

Para além da contaminação, causada pelo modo de produção industrializado, nos países mais desenvolvidos acresce a contaminação devido à poluição do ar, da água e do solo, por diversos poluentes, como as dioxinas (originárias de processo de queima, nomeadamente, incineradoras de resíduos, cimenteiras, tráfego rodoviário, etc.) e metais pesados, que são cancerígenos, entre outros efeitos.

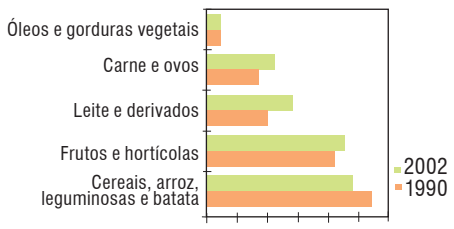
Estes poluentes acumulam-se particularmente na gordura dos animais. Assim, por exemplo, os mares junto aos países mais industrializados estão mais poluídos, sendo o Atlântico Norte o mais poluído, e estudos têm revelado que o peixe, tanto aquele que é pescado nos mares europeus como o proveniente de aquaculturas europeias, estão contaminados por quantidades significativas de dioxinas e de outros poluentes. Os peixes com mais gordura, como é o caso do salmão, são particularmente atingidos.

Regime alimentar

Com toda uma cadeia alimentar baseada no conceito da Fast Food, assiste-se a uma uniformização nos hábitos alimentares a nível mundial, com o abandono das dietas tradicionais e, como se não bastasse, as refeições estão a perder a sua função cultural que tem desempenhado desde os primórdios da Humanidade, salvo ocasiões especiais.

O aumento do consumo de carne e de peixe, devido principalmente aos excessos alimentares dos países mais ricos está a acelerar e a gerar diversos problemas ambientais. O consumo mundial de carne per capita aumentou de 30Kg em 1980 para 40Kg em 2006 (Fonte: Feed Market Analysis Report, 2006)

Em Portugal, a evolução do consumo per capita, entre 1990 e 2002 foi a seguinte:



– 12% cereais, arroz, leguminosas e batata
+ 8% frutos e produtos hortícolas
+ 41% leites e derivados
+ 32% carne e ovos (103 Kg/ de carne em 2001 = 300 g/dia)
+ 8% óleos e gorduras vegetais

(Fonte: INE, 2006)

Em 2001, o consumo de peixe em Portugal foi de cerca de 75 Kg/hab. Os portugueses são o maior consumidor de peixe per capita na UE a 15, mas ocupa o 6º lugar no consumo total de peixe, sendo o maior consumidor absoluto a França. (Fonte: REA, 2003)

Congregando os vários dados estatísticos sobre hábitos de consumo dos portugueses constatamos um claro distanciamento na proporção adequada entre os vários grupos de alimentos recomendados na nova Roda dos Alimentos.

Portugal: O que realmente comemos?

Cereais e derivados, tubérculos (28%) + Leguminosas (4%)	20,45%
Hortícolas (23%) + Fruta (20%)	30,15%
Lacticínios (18%)	7,8%
Carne, peixe e ovos (5%)	28,12%
Gorduras e óleos (2%)	3,37%

As consequências para a saúde são inevitáveis. Os hábitos alimentares pouco saudáveis e inactividade física estão entre as principais causas das doenças crónicas não transmissíveis (diabetes, cancro, obesidade, AVC), que em 2001 contribuíram para quase 60% de mortes anuais. (Fonte: OMS, 2002)

A produção animal é apontada como uma causa importante de destruição de habitats, desertificação, poluição da água, aquecimento global, tanto mais que também requer mais recursos naturais (água, solo arável) comparativamente à produção de plantas alimentícias, além de gerar efluentes que poluem os rios por falta de tratamento adequado.

Alguns dados estatísticos:

► A produção animal consome cerca de 70% da superfície agrícola mundial e um terço da superfície da Terra;

► Para produzir um quilo de produtos vegetais são necessários cerca de 100 litros de água, mas para produzir um quilo de carne é necessário gastar entre 2000 e 15000 litros de água;

► Num terreno onde é produzido 1 kg de carne, podem ser produzidos 30 kg de cenouras mais 20 kg de maçãs mais 50 kg de tomates e mais 40 kg de batatas;

Para além de tudo isto, em termos energéticos, a produção de carne é ineficiente, por exemplo, são necessárias 24 calorias de cereais ou soja para produzir uma única caloria sob a forma de carne de vaca.

A pesca insustentável

De acordo com a publicação "Environmental Status of the European Seas", elaborado em 2003 pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM/ICES - International Council for the Exploration of the Sea), em 2001 apenas 18% de um total de 113 stocks estudados por esta organização encontravam-se dentro dos limites biológicos de segurança.

Os desembarques de pescado em meados de 1970 eram quase o dobro dos verificados em 1998. Este facto é indicador do excesso de pesca – sobrepesca – nomeadamente devido ao uso de práticas insustentáveis de pesca ao invés de artes de pesca artesanais/tradicionais.

Em Portugal, a generalidade dos recursos explorados pelas frotas de pesca em águas territoriais portuguesas encontram-se em situação de sobreexploração, com excepção da sardinha e do carapau. Outros recursos como a pescada, o lagostim e o tamboril o colapso pode ser iminente. (Fonte: REA, 2006)

À sobrepesca acresce a poluição e as alterações climáticas que também têm um impacto negativo na vida marinha.

IDALINA PERESTRELO

A aquacultura também não é solução integral, pois é mais um factor de pressão sobre o frágil ecossistema litoral (destruindo zonas húmidas e estuários), origina grande carga poluente e para alimentar os peixes é necessário continuar a pescar no mar, pois muitas espécies são predadoras.

Sites úteis:

► A nova roda dos alimentos: http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/enciclopedia+da+saude/alimentacao/DGS+ANA.htm
► S.O.S. Oceano: sugestões para um oceano sustentável, Oceanário de Lisboa e IPIMAR - http://www.oceanario.pt
► Lista vermelha sobre consumo de peixe da Greenpeace: http://www.greenpeace.org/portugal/lista-vermelha
► Associação Vegetariana Portuguesa – http://www.avp.pt.vu
► Movimento Slow Food Internacional: http://www.slowfoof.com
► Centro Vegetariano: http://www.centrovegetariano.org
► Planeta no prato (Planet on plate) – www.viva.org.uk/guides/planetonplante.htm

Outras leituras importantes:

► World agriculture: towards 2015/2030, FAO, 2002: www.fao.org/docrep/004/Y3557E/Y3557E00.HTM
► EIPRO – Environmental Impact of PROducts: http://ec.europa.eu/environment/ipp/identifying.htm
► Michael Pollan, In Defense of Food, 2008, The Penguin Press

Sudoeste Alentejano

Conservação do Cágado-de-carapaça-estriada

A Quercus e a Compal Fresh acordaram reforçar a sua parceria estratégica com o objectivo de contribuir para a conservação da Biodiversidade no Sudoeste Alentejano. Esta medida visa salvaguardar um sistema de lagoas temporárias essenciais à preservação do cágado-de-carapaça-estriada, uma espécie "em perigo" de extinção de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados.

A área de intervenção do projecto, localizada no Sudoeste Alentejano, é uma das três áreas mais importantes para a espécie em Portugal, daí que esta acção pretende ser também um exemplo de colaboração com os proprietários locais na gestão activa de habitats, compatibilizando a sua actividade económica, neste caso agricultura e criação de gado, com a manutenção de espécies e habitats em estado favorável de conservação.

O que se pretende fazer

Preservar as charcas temporárias e diminuar a pressão do pastoreio nas áreas contíguas são medidas que pretendem estabilizar e inverter a redução da população desta espécie nos próximos anos. De entre as acções previstas constam a instalação ou a manutenção de vedações para a protecção de quatro lagoas temporárias que ocupam 2 hectares, a instalação de 8 hectares de pastagem melhorada para permitir a moderação do pastoreio na área contígua às lagoas, a não mobilizar de solo e a não drenar estas zona húmidas. Está igualmente prevista a monitorização da evolução da população da espécie e do habitat, bem como dos factores de ameaça existentes.

Um acordo de custódia da natureza!

A custódia da natureza consiste num conjunto de estratégias e instrumentos que pretendem envolver os proprietários e utilizadores do território na conservação e bom uso dos valores naturais, culturais e paisagísticos. Para o conseguir, promovem-se acordos e mecanismos de colaboração contínua entre os proprietários, entidades de custódia e outros agentes públicos ou privados.

Cágado-de-carapaça-estriada

Este projecto tem o apoio do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (DGAC Sul) e a colaboração de Pedro Segurado e Carla Pinto Cruz, respectivamente investigadores especialistas na conservação do cágado-de-carapaça-estriada e da flora e habitats.

As zonas húmidas do Sudoeste

Algumas zonas húmidas do Sudoeste possuem importantes populações de cágado-de-carapaça-estriada que necessitam de medidas urgentes de conservação. Em geral a espécie ocorre em depressões sazonalmente inundadas por uma pequena altura de água doce, colonizadas por vegetação bem adaptada, anfíbia e efémera, de floração primaveril e de elevada diversidade, em certos casos consideradas habitats prioritários no âmbito da União Europeia. São habitats de ocorrência rara e fortemente ameaçados pelas alterações climáticas e pela acção humana no terreno. O paul de Budens e a ribeira de Aljezur são outros locais importantes na região para a preservação da espécie.

Lagoa temporária

O cágado-de-carapaça-estriada

O Cágado-de-carapaça-estriada, com o nome científico de *Emys orbicularis*, é uma das duas tartarugas de água doce existente em Portugal. Trata-se de um pequeno réptil que pode atingir 16 centímetros de comprimento e pesar cerca de 500 gramas. Distingue-se do outro cágado, com o qual pode coexistir, por possuir estrias de cor amarelada na carapaça.

Esta espécie, "em perigo" de extinção de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados, prefere habitats dulceaquícolas de águas paradas ou corrente lenta e necessita de boa cobertura de vegetação aquática, sem que esta cubra completamente as margens.

Muito rara a norte do rio Tejo, aparece com maior abundância nas bacias hidrográficas do Guadiana, entre os rios Mira e Arade e está particularmente em perigo nos charcos temporários do Sudoeste.

Alimenta-se de invertebrados aquáticos e, em menor proporção, de larvas de anfíbios e pequenos peixes. Pode viver de 40 a 60 anos.

Factores de ameaça

As principais ameaças às zonas húmidas das quais a espécie depende são a drenagem, os aterros, a destruição da vegetação, a sobre-exploração dos recursos hídricos e a poluição resultantes de descargas de efluentes, pesticidas e fertilizantes.

Espaço onde será colocada uma vedação

Texto José Paulo Martins e Paulo Lucas *e imagens* Paulo Lucas

Notícias

REDE DE RESERVAS

Micro-reserva do Monte do Outeiro

Nesta micro-reserva foi efectuada em Janeiro a vedação parcial do terreno com vista a limitar o acesso de gado e veículos ao local o que podia colocar em causa as áreas de sementeira de *Linaria ricardoi*, alvo de conservação nesta área.

Micro-reserva dos Colmeais

Também nesta micro-reserva foi colocada em Janeiro uma vedação em parte dos seus limites de modo a evitar a entrada de gado e de veículos. Noutros sectores o limite é efectuado por sebes e linhas de água.
Decorreram também nas últimas semanas os trabalhos de poda de parte do olival com vista à sua manutenção e revitalização. Nesta micro-reserva existe um olival tradicional com 320 árvores, algumas delas centenárias. Continuamos a efectuar a monitorização da flora neste local tendo sido já identificadas novas espécies este ano.

Micro-reserva de Casais Novos

Nesta micro-reserva destinada à preservação de um importantes abrigo de morcegos, iniciámos os trabalhos de gestão selectiva de matos por forma a favorecer o coberto arbóreo e prevenir os incêndios florestais. Está também prevista para este mês a colocação da vedação de proteccção da entrada do abrigo, para a qual já existe autorização por parte das autoridades oficiais.

Micro-reserva do Cabeço Santo

O projecto de recuperação do bosque autóctone nessa área da serra do Caramulo continua a decorrer tendo este ano decorrido duas acções de plantação de novas árvores, trabalho este que contou com o apoio de alguns voluntários.

Reserva Biológica do Monte Barata

Continuaram ao longo das últimas semanas as acções de plantação para adensamento e reflorestação de áreas de montado bem como para reforço de galerias ribeirinhas junto a algumas linhas de água da herdade. Estamos a proceder à plantação de 100 novas oliveiras para reforço do olival aí existente o qual está a ser gerido em modo de produção biológico. Têm sido também realizados trabalhos de manutenção de edifícios do Monte.

Apoio à Rede de micro-reservas

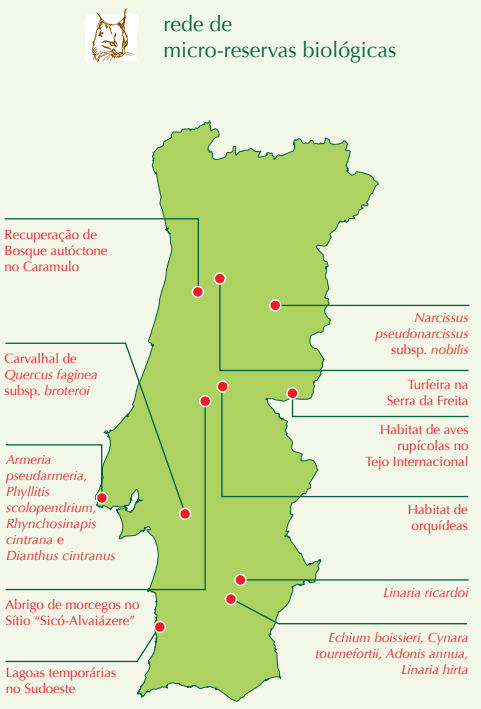
Mais um apoio à nossa rede de micro-reservas desta vez por parte da empresa Espaço Talassa, empresa ligada a actividade de turismo natureza. Incluindo a observação de cetáceos, a qual se encontra sediada nos Açores.sentada uma comunicação "Conservação da Natureza em Propriedades Privadas - a Experiência das ONG Portuguesas" de forma a fazer um historial da conservação em terras privadas em Portugal, o papel que as OGNs tiveram e continuam a ter actualmente neste domínio bem como os problemas com que nos deparamos para promover este conceito.

CONSERVAÇÃO DE ORGANISMOS FLUVIAIS

Está prevista a chegada dos primeiros peixes à Estação Aquícola de Campelo durante este mês de Março, pois há que garantir a sua adaptação ao local antes época de reprodução, a qual decorrerá em Abril-Maio. Os trabalhos que estão em fase de conclusão são a instalação do sistema de oxigenação (tubagens, torneiras e dois compressores de turbina), o revestimento de alguns tanques e a pintura exterior e interior do edifício.

CRIAR BOSQUES

Decorreram durante os meses de Janeiro e Fevereiro inúmeras acções de plantação em mais 30 locais de Norte a Sul do país, que contaram com a participação de mais de cinco centenas de voluntários. Várias empresas mecenas associaram-se a esta iniciativa, com destaque para a Caixa Geral de Depósitos e para a REFER. Até ao momento foram plantadas cerca de 35 000 árvores e arbustos, prevendo-se que até finais de Março o número total supere as 60 000. Para mais informações, consultar o sítio electrónico do projecto: www.criarbosques.org



Quando adquirir produtos na loja da Quercus está também a apoiar o Fundo de Conservação. Visite o site da Quercus e dê um salto à e-loja. Surpreenda-se com os produtos que pode adquirir!

http://e-loja.quercus.pt

Plantação na Herdade do Freixo do Meio (Montemor-o-Novo)

texto: José Paulo Martins e Paulo Lucas *Imagens:* Marcos Bartilotti

Apoie os Projectos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Dados para donativos e informações sobre os projectos: NIB: **003501470004737433010**
Morada: **Apartado 230 7801-903 BEJA** Telefone **93 778 84 73** e-mail: **fcnatureza@quercus.pt**

Fundo Quercus Conservação Natureza

Earth Condominium

Comissão Europeia dá razão à SPEA

As ilegalidades do Calendário Venatório

SPEA – Soc. Portuguesa para o Estudo das Aves

ALMEIDA SIMÕES

A Comissão Europeia (CE) confirmou, em carta enviada à SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves [1], que o Calendário Venatório para 2008/2009, actualmente em vigor, viola a Directiva Aves da União Europeia. A CE informou que chegou a um entendimento com o Estado Português, em que este se compromete a corrigir as ilegalidades, mas apenas na época venatória de 2009/2010.

Até à reposição total da situação, a SPEA pede nos caçadores para que respeitem a Directiva e assegurem uma boa gestão dos recursos cinegéticos.

A Portaria n.º 345-A/2008, de 30 de Abril (actualmente em vigor) identifica as espécies que é permitido caçar, fixa os respectivos limites diários de abate e os períodos de caça para a época venatória de 2008-2009. A SPEA defendeu junto do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas (SEDRF), por carta enviada em Junho de 2008, que este Calendário Venatório coincide com o período reprodutor e de migração pré-nupcial de várias espécies cinegéticas, violando o disposto no Ponto 4 do Artigo 7º da Directiva Aves.

Infelizmente, o SEDRF não se dignou a responder à SPEA.

A Comissão Europeia vem agora dar razão à SPEA. Em carta enviada, ainda em Dezembro de 2008, a CE confirmou que o actual Calendário Venatório, publicado na Portaria n.º 345-A/2008, viola a Directiva Aves porque se sobrepõe com os períodos de migração pré-nupcial e/ou reprodução de determinadas espécies. Informou ainda que chegou a um acordo com o Estado Português, e que este se compromete a corrigir, a partir da época de 2009/2010, a situação verificada em 2008/2009.

A SPEA lamenta que o SEDRF não tenha dado ouvidos à SPEA e às outras organizações que se pronunciaram logo após a publicação da Portaria n.º 345- A/2008, enquanto ainda havia tempo para a sua correcção. A SPEA lamenta também que a CE não obrigue o Estado Português a corrigir as ilegalidades desde já. A caça no período de migração pré-nupcial e no período de reprodução, além de ilegal, é um erro grosseiro de gestão cinegética. Qualquer gestor de caça com conhecimentos mínimos de biologia populacional entende que abater aves nesta altura do ciclo afecta o potencial reprodutor das populações e resulta numa redução dos efectivos disponíveis para abate na época de caça seguinte.

Dada a surdez do SEDRF e a eficácia desfasada da CE, à SPEA só resta apelar à consciência dos caçadores portugueses. Segundo Domingos Leitão, Coordenador do Programa Rural, "como a CE autorizou Portugal a violar a Directiva Aves são os caçadores os únicos que podem decidir pelo seu cumprimento e pela protecção das populações das espécies cinegéticas migratórias". A SPEA apela para que não cacem patos a partir de 10 de Janeiro e galinholas a partir de 10 de Fevereiro. Deste modo estarão a proteger o potencial reprodutor destas espécies, garantindo uma maior disponibilidade de caça na próxima época venatória.

A SPEA apela para que não cacem patos a partir de 10 de Janeiro e galinholas a partir de 10 de Fevereiro. Deste modo estarão a proteger o potencial reprodutor destas espécies

Notas:

[1] A SPEA é uma Organização Não Governamental de Ambiente que trabalha para a conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. A SPEA faz parte da BirdLife International, uma aliança de organizações de conservação da natureza em mais de 100 países, considerada uma das autoridades mundiais no estudo das aves, dos seus habitats e nos problemas que os afectam (ver www.spea.pt)

[2] Mais informações acerca do European Bird Census Council: http://www.ebcc.info/what.html

BREVES

Encontrado morto o macho do único casal de águia-imperial que nidificou no país

O macho do único casal de águia-imperial (*Aquila adalberti*) que nidificou com sucesso em Portugal em 2008 foi encontrado morto na 1ª semana de Março com chumbos de caçadeira, na área do Vale do Guadiana. O Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) vai apresentar queixa-crime contra incertos.

O corpo da ave, de uma espécie classificada como Criticamente em Perigo e que só existe em Portugal e Espanha, foi encontrado junto ao seu ninho, na área do Vale do Guadiana, em zona de caça associativa já fora do Parque Natural mas dentro de uma ZPE (Zona de Protecção Especial).

Cultivo de organismos geneticamente modificados

A Comissão Europeia sofreu uma derrota estrondosa após os ministros do Ambiente da União Europeia (UE) terem decidido que cada país é livre de proibir a cultura de organismos geneticamente modificados (OGM) no seu território.

Apenas cinco países - Reino Unido, Holanda, Suécia, Finlândia e Estónia - votaram a favor da intenção da Comissão de obrigar a Áustria e a Hungria a aceitarem o cultivo do único tipo de milho geneticamente modificado (MON 810), da multinacional Monsanto, autorizado na UE. Se a proposta tivesse obtido uma maioria de votos, a mesma obrigação seria brevemente aplicada à França e à Grécia, que aplicam o mesmo tipo de medida contra o MON 810.

Ao invés, a proposta obteve uma maioria qualificada de votos contra, incluindo Portugal, um resultado raro de oposição maciça contra uma proposta da Comissão, e que foi relativamente inesperado.

Castelo Branco: crianças plantam árvores na A23

Parceria entre Governo Civil e a Scutvias promove a defesa do ambiente e a qualidade de vida das populações.

Sistema inovador de protecção da costa

Portugueses criam estruturas submersas que permitem criar recifes artificiais e a rebentação de ondas para surf

O projecto consiste na colocação de estruturas submersas junto à costa, com incorporação de multifunções, propícias à criação de ecossistemas marinhos e capazes de provocar o rebentamento das ondas mais longe da costa.

Centro de recuperação vai receber 16 linces para reprodução em cativeiro

O concelho de Silves irá ter o primeiro Centro de Recuperação do Lince-Ibérico (*Lynx pardinus*), que faz parte do programa de conservação para este felino (ameaçado por perigo crítico de extinção). A região algarvia surge assim como o local onde vai decorrer a primeira reintrodução do *Lynx pardinus* em Portugal.

Desmantelamento de navios

O desmantelamento dos navios em fim de vida é uma actividade que apresenta riscos graves para a saúde e para o ambiente.

QA

DR

Os Navios que deixam de ter qualquer uso, porque a sua exploração já não é rentável ou porque não têm interesse para o mercado de segunda mão, são adquiridos por empresas para desmantelamento. O desmantelamento é feito em estaleiros de demolição onde os materiais são extraídos e reciclados, nomeadamente o aço do casco.

O "*shipbreaking*" ou desmantelamento de navios é uma actividade essencialmente realizada por trabalhadores pobres e desprotegidos, sendo muitos deles crianças, da Ásia do Sul (India e Bangladesh). A Organização Internacional do Trabalho considerou este trabalho/emprego como um dos mais perigosos do mundo.

A localização da maior parte dos estaleiros situam-se na Ásia do Sul devido às disparidades registadas nos custos de mão-de-obra, nos custos relacionados com a protecção da saúde e do ambiente e das receitas provenientes da reciclagem e dos materiais vendidos em segunda-mão propostos pelos concorrentes potenciais de

DR

outras regiões, nomeadamente os situados na União Europeia. Por esse facto o número de instalações de demolição na União Europeia (UE) tem vindo a diminuir nos últimos 20 anos. A capacidade de desmantelamento ecologicamente racional disponível na União Europeia e em outros países (como a Turquia) é suficiente para o conjunto de navios que sairão do activo nos próximos 10 anos. No entanto, esta capacidade torna-se insuficiente quando se fala do tratamento dos grandes navios comerciais propriedade da UE, e quando se pretende retirar do activo todos os petroleiros de casco simples (em sequência dos acidentes que implicaram os petroleiros Erika e Prestige).

A maioria dos navios contém grandes quantidades de materiais perigosos, como o amianto, óleos, resíduos de hidrocarbonetos, PCB e metais pesados, que exigem um tratamento específico e rigoroso. Apesar disso, a maior parte dos locais de desmantelamento da Ásia do Sul não dispõe de dispositivos para evitar a contaminação do solo, da água e dos ecossistemas por estas substâncias.

Os navios em fim de vida destinados ao desmantelamento são considerados como resíduos na acepção do direito internacional e do direito comunitário. São igualmente considerados como resíduos perigosos quando contêm determinadas quantidades de substâncias perigosas ou quando não lhes foi retiradas essas mesmas substâncias. A exportação de um navio registado na UE para um país fora da OCDE com vista ao seu desmantelamento é proibida, este deve ser tratado num país membro da OCDE e em condições ecologicamente racionais.

DR

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Marítima Internacional (OMI) e o PNUA elaboraram directrizes sobre reciclagem dos navios e trabalham de forma coordenada sobre o assunto. Também está a ser elaborado um projecto de convenção no seio da OMI.

Muita coisa poderá ser alterada para possibilitar um melhoramento na questão do desmantelamento dos navios, a nível europeu, tais como, fazer cumprir a legislação comunitária no domínio das transferências de resíduos; a convenção internacional da OMI actualmente a ser preparada; desenvolver a capacidade comunitária de desmantelamento de navios; cooperação em matéria tecnológica e transferência de conhecimentos; fundo de desmantelamento de navios; criação de um sistema de certificação para o desmantelamento de navios e intensificação da investigação no domínio do desmantelamento de navios a nível internacional.

Fonte:
http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l28192.htm
www.shipbreakingplatform.org

Quercus faz balanço do consumo de electricidade em 2008

Portugal ainda é pouco renovável

Sara Campos – EcoCasa

HÉLDER SPÍNOLA

Apesar das emissões de gases de efeito de estufa nas principais centrais termoeléctricas terem diminuído, a percentagem "real" de electricidade produzida a partir de renováveis no ano passado é bem inferior ao valor corrigido apresentado pelo Governo

Analisando os dados da produção e do consumo de electricidade em 2008, a Quercus fez o contraponto aos cálculos oficiais e as conclusões não foram tão animadoras. Apesar das emissões de gases de efeito de estufa nas principais centrais termoeléctricas terem diminuído 1,2% entre 2007 e 2008 (face ao ano base de 1990), a percentagem "real" de electricidade produzida a partir de renováveis no ano passado é bem inferior ao valor corrigido apresentado pelo Governo – 26,7% contra 42%.

Esta "inflação" do peso das renováveis não é, na opinião da Quercus, transparente. Isto porque, para chegar aos 42% os valores foram corrigidos duas vezes: primeiro para o ano de 1997 (ano base da Directiva de produção de electricidade renovável e excepcionalmente chuvoso) e depois para um ano médio de armazenamento de água nas barragens nacionais. É curioso notar como assim o valor fica próximo da meta para as renováveis, actualizada pelo Governo de 39 para 45%, em 2007.

Como 2008 foi um ano seco, a produção hidroeléctrica desceu 30% face a 2007, tendo sido a segunda mais baixa desde 2000. Aliás, entre 2000 e 2008, apenas em 2003 se atingiu a mesma produtibilidade que em 1997, o que demonstra a pouca fiabilidade do método utilizado pelo Governo para calcular a percentagem de electricidade proveniente de energias renováveis.

O único indicador positivo de 2008 foi a redução do aumento do consumo eléctrico (1%) face ao acréscimo de 1,8% em 2007, mas que ainda assim foi superior ao crescimento do PIB (0,3%). A Quercus crê que essa descida resultou em parte do clima ameno que se fez sentir no ano passado e que reduziu as necessidades de climatização. Por fim, o recente estímulo à poupança energética nos edifícios poderá ter também contribuído para esta diminuição.

HÉLDER SPÍNOLA

Projecto EcoCasa – Água

EcoFamílias-Água estende-se à região do Oeste e a Coimbra

Depois do Algarve, o Programa EcoFamílias-Água chega agora ao Oeste e à cidade de Coimbra. Em parceria com as empresas Águas do Oeste e Águas de Coimbra, a Quercus pretende promover o uso eficiente da água no sector doméstico. Para tal serão desenvolvidas várias actividades com vista à sensibilização dos consumidores para a redução de consumos de água em casa.

Na região do Oeste, serão acompanhados os consumos reais de nove famílias e uma escola, distribuídas pelos concelhos da Azambuja, Lourinhã, Óbidos, Rio Maior e Torres Vedras. Em Coimbra, o programa abrangerá dez famílias da Quinta da Portela, outras cinco residentes em moradias e também uma escola. O objectivo é obter informação relativa aos diferentes usos de água dentro de casa, avaliando comportamentos, hábitos de consumo e identificando oportunidades de poupança.

No decorrer do programa será possível avaliar a influência de vários factores na utilização doméstica de água, como a mudança de estações, a tipologia das habitações, os equipamentos existentes e o número dos elementos do agregado familiar. Após uma primeira fase de caracterização, será delineado um plano de poupança de água para cada família e promovida a sua implementação, através de um aconselhamento directo e personalizado.

As famílias inscritas neste programa são voluntárias. A Quercus já está neste momento em fase de selecção das famílias e de planeamento das visitas, que terá início, no Oeste e em Coimbra, no mês de Março.

Quercus lança novo projecto na área da eficiência energética

Ecobrigadas vão percorrer todo o país

Arrancam já em Março de 2009 as Ecobrigadas, o mais recente projecto da Quercus na área da eficiência energética. Com o objectivo de sensibilizar os cidadãos e consumidores para a redução do consumo de energia em casa e nas suas actividades quotidianas, a equipa Ecobrigadas vai percorrer 18 cidades de Portugal Continental, uma por distrito. O roteiro integra 18 workshops, visitas a cerca de 220 agregados familiares e sessões em 18 escolas do 2º e 3º ciclos. Os workshops são abertos ao público (mediante inscrição prévia) e abordam temas como a eficiência energética em casa, as energias renováveis e a construção sustentável.

A Quercus disponibilizará em breve o roteiro das cidades por onde as Ecobrigadas vão passar e as respectivas datas. Os interessados, no entanto, podem inscrever-se já para participar no workshop do seu distrito através do e-mail ecobrigadas@quercusancn.pt ou do telefone 213462210, bastando indicar o nome do(s) participante(s) e o distrito de residência.

Para ser uma EcoFamília e saber como poupar energia em sua casa, pode ainda solicitar uma visita das Ecobrigadas a sua casa, indicando no mesmo e-mail a morada, o contacto móvel, e a disponibilidade para receber a equipa da Quercus. Posteriormente, será feita a selecção das inscrições recebidas e contactadas as famílias apuradas.

O projecto Ecobrigadas é apoiado por um Fundo da Islândia, Liechtenstein e Noruega através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants).

Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior

Certificado passa a ser obrigatório para vender ou arrendar qualquer imóvel

Sara Campos – EcoCasa

IDALINA PERESTRELO

Todos os proprietários que queiram vender ou arrendar um imóvel têm agora novas regras a cumprir. Exige a lei que qualquer edifício transaccionado a partir de dia 1 de Janeiro de 2009 possua um Certificado de Desempenho Energético e da Qualidade do Ar Interior. As casas são classificadas numa escala de A+ a G (do mais para o menos eficiente), permitindo ao comprador ou arrendatário prever o seu maior ou menor consumo energético enquanto lá viver.

Em vigor desde o início do ano, a última fase do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior (SCE) alargou o seu âmbito de aplicação a todos os imóveis, pois até aí estavam apenas abrangidos os novos edifícios ou aqueles alvo de grandes remodelações. A partir de então, cada fracção autónoma de um edifício tem de ser certificada para que possa ser vendida ou arrendada, estando esta avaliação a cargo de um Perito Qualificado, que pode ser requisitado a partir da bolsa de peritos disponível na página de Internet da Agência para a Energia (www.adene.pt), a entidade gestora do SCE e acredita estes profissionais.

Uma etiqueta energética para os edifícios

O estudo da fracção permite determinar as características do espaço e consequentemente o seu futuro desempenho não só do ponto de vista energético, mas também da qualidade do ar interior. Estes dados são depois submetidos pelo perito, que emite o Certificado de Desempenho Energético e da Qualidade do Ar Interior relativo àquela fracção. É este Certificado Energético (CE) que tem de ser apresentado pelos proprietários aquando de uma nova escritura ou novo contrato de arrendamento.

À semelhança do que acontece nos electrodomésticos, pretende-se que o CE funcione como uma etiqueta de eficiência energética, com classes de A+ a G, atribuídas a cada fracção autónoma, sendo que A+ corresponde a uma casa que irá consumir pouca energia e G a uma com um mau desempenho energético. Qualquer uma delas pode ser transaccionada, mas a informação sobre o desempenho energético (bom ao mau) tem de estar disponível aos potenciais compradores/arrendatários. A par da classe energética, o CE informa também sobre outras informações sobre a fracção, como as suas necessidades energéticas para arrefecimento, aquecimento e para a preparação das águas quentes sanitárias. São também propostas medidas de melhoria do desempenho energético e da qualidade do ar interior. Estas, apesar de não terem um carácter obrigatório, valorizam a fracção, podendo melhorar a sua classe energética.

Refira-se que, para os novos edifícios construídos a partir de 1 de Janeiro de 2009, as regras são mais rígidas. Não só não podem apresentar uma classe inferior a B-, como têm também de possuir colectores solares para a produção das águas quentes sanitárias.

Ao desempenho energético, junta-se a qualidade do ar interior (QAI), que é também avaliada. Considerando que passamos cada vez mais tempo dentro de edifícios, uma QAI insuficiente poderá estar na origem de problemas respiratórios e levar também a uma degradação mais rápida do edifício.

IDALINA PERESTRELO

Vantagens a longo prazo

A nova obrigatoriedade da certificação energética, apesar de ter gerado alguma controvérsia, viabiliza uma dupla estratégia: por um lado, permite valorizar as habitações, incitando os proprietários a apostar na sua melhoria. Ter uma classe energética elevada é sem dúvida um bom cartão de visita para quem queira vender/alugar uma casa. Também do lado da procura o grau de exigência tenderá a aumentar, pois a compra de uma casa eficiente, mesmo que mais cara, será um investimento recuperável ao longo do tempo devido às suas baixas necessidades energéticas. A vantagem de não ter de gastar tanto em climatização é óbvia não só em termos financeiros (redução da factura energética), mas também ambientais pois há uma diminuição das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) para a atmosfera.

A implementação total do SCE afigura-se, na perspectiva da Quercus, como uma medida positiva e necessária tendo em conta a debilidade do parque habitacional português, responsável por 62% da electricidade consumida. Segundo o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, o SCE permitirá reduzir o consumo de energia para aquecimento e arrefecimento em mais de dois terços. Em paralelo, ajudará também a cumprir a meta do Plano Nacional para as Alterações Climáticas de instalar uma área de 100 000 m2/ano de colectores solares entre 2007 e 2020, pois obriga os novos edifícios a recorrer às energias renováveis para aquecer as águas sanitárias.

O que falha?

Apesar de reconhecer a sua importância, a Quercus não deixa de alertar para as falhas ainda evidentes e que podem ser entraves à eficaz implementação do Sistema de Certificação. Por um lado, o número de Peritos Qualificados é insuficiente face às necessidades reais e à previsão inicial da ADENE (500 contra os 800 previstos até ao final de 2008). A própria distribuição geográfica dos peritos é desproporcional, havendo distritos com apenas 2, 3 ou 4.

Outra lacuna visível é a falta de informação genérica sobre o método de implementação do SCE, sendo frequente o desconhecimento da entidade responsável pela sua aplicação.

Reportagem

Primeira unidade mundial de por vermicompostagem

Foi inaugurada no passado dia 3 de Março a primeira unidade mundial de tratamento de resíduos urbanos por vermicompostagem ou compostagem com minhocas. Trata-se de uma inovação tecnológica desenvolvida por uma empresa portuguesa, a Lavoisier, com o apoio técnico da Quercus.

Rui Berkemeier
Centro de Informação de Resíduos

O desenvolvimento tecnológico decorreu durante 5 anos, após um trabalho inicial da Quercus que foi posteriormente consolidado e melhorado pela Lavoisier numa unidade piloto em Palmela.

A tecnologia de vermicompostagem já é aplicada há muitos anos para tratar resíduos orgânicos, normalmente estercos de animais, mas também lamas de ETAR e mais recentemente resíduos orgânicos de origem doméstica provenientes de recolha selectiva.

A aplicação que agora se faz desta tecnologia é inovadora a nível mundial, uma vez que se utiliza a vermicompostagem para tratar resíduos urbanos indiferenciados, ou seja aqueles resíduos que as pessoas não separaram nas suas casas.

A grande vantagem da aplicação da vermicompostagem aos resíduos urbanos está no facto de as minhocas digerirem toda a componente orgânica, como restos de comida, resíduos de jardim e papel e cartão sujos, transformando-os em húmus.

Por outro lado, ao digerirem a matéria orgânica, as minhocas limpam os restantes materiais como plástico, vidro ou metais que assim podem ser encaminhados para a indústria de reciclagem.

Em termos globais, pode-se dizer que este processo apresenta grandes vantagens ambientais, uma vez que permite reciclar mais de 80% dos resíduos urbanos indiferenciados que de outra forma seriam enviados para aterro ou incineração.

Outra vantagem muito importante é o baixo custo de investimento e de exploração que se justifica pelo facto de não ser necessário recorrer a obras de construção civil pesadas, nem a equipamentos complexos, uma vez que as minhocas são a principal "máquina" desta tecnologia.

RUI BERKEMEIER

A unidade da AMAVE

A unidade agora inaugurada está situada em Riba de Ave, nas instalações de tratamento de resíduos da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), entidade que foi determinante para a concretização deste projecto.

A Sociedade Ponto Verde também tem estado ao lado deste projecto, através da sua linha de apoio à Investigação e Desenvolvimento dedicada à melhoria da reciclagem de embalagens.

Participou também neste projecto a Plasmaq, empresa portuguesa especializada na construção de equipamento para reciclagem de resíduos, com especial ênfase nos dedicados à reciclagem de plástico.

A unidade da AMAVE tem a capacidade para tratar 1500 toneladas de resíduos por ano, ou seja o equivalente aos resíduos pro-

tratamento de resíduos urbanos

RUI BERKEMEIER

duzidos por uma população de cerca de 4000 habitantes.

A unidade é constituída por um pavilhão com 800 m2, aberto lateralmente e fechado num dos topos, com o chão impermeabilizado de forma a evitar a contaminação das águas subterrâneas.

Nestas instalações, os resíduos passam pelos seguintes equipamentos:

1 – Abre sacos

É constituído por um tambor rotativo com facas viradas para o interior que garantem a abertura dos sacos

2 – Pilhas de compostagem estáticas

Trata-se de pilhas com cerca de 25 metros de área, onde os resíduos são acumulados até 2 a 2,5 metros de altura, ficando em compostagem durante 3 a 4 semanas. Neste processo atinge-se a temperatura de 60ºC que permite a higienização dos resíduos.

As pilhas são regadas diariamente para manter a humidade e garantir o desenvolvimento do processo biológico de higienização.

Para evitar a difusão de odores os resíduos são cobertos diariamente com resíduos provenientes dos jardins.

3 – Camas de vermicompostagem

Após higienização e retirada de odores, os resíduos são transferidos em camadas pouco espessas para as camas de vermicompostagem, onde a componente orgânica é digerida pelas minhocas que também limpam os plásticos e outros materiais recicláveis.

No final da vermicompostagem que dura 3 a 4 semanas, as minhocas já estão na camada superficial da cama de vermicompostagem, a qual é retirada para formar a base de uma nova cama.

RUI BERKEMEIER

4 – Secagem

Os resíduos já vermicompostados têm de ser secados de forma a ser separado o húmus e os restantes materiais como as embalagens. Para isso procede-se à secagem natural, mas quando as condições climatéricas o não permitirem recorre-se então a um sistema de secagem forçada.

5 – Crivagem e triagem de recicláveis

Os materiais passam por um crivo rotativo onde se separa o húmus dos restantes materiais que seguem para um tapete de triagem onde são separados os diversos tipos de plásticos, o vidro, os metais e ainda outros objectos como equipamento eléctrico e electrónico usado.

Os rejeitados deste processo constituem menos de 20% dos resíduos que entraram na unidade, sendo compostos por têxteis (até se encontrar uma forma de os reciclar), sapatos e outros materiais que ainda não podem ser reciclados.

6 – Lavagem de plásticos

Os plásticos triados ainda possuem uma fina camada de húmus aderente que convém remover, de forma a garantir uma elevada qualidade do material para reciclagem. Para o efeito recorre-se a uma trituração dos plásticos seguida de lavagem, obtendo-se materiais limpos e sem odores.

7 – Tanques de lixiviados

Todas as águas residuais são encaminhadas por uma rede de drenagem para tanques de lixivados, sendo posteriormente reintroduzidas no processo, poupando-se água e evitando-se a necessidade de se instalar uma ETAR.

A vermicompostagem e a política de resíduos

A situação nacional em termos de gestão de resíduos urbanos tem vindo a evoluir favoravelmente, mas infelizmente a um ritmo lento uma vez que a taxa global de reciclagem é apenas de 17% e mais de 60% dos resíduos ainda continuam a ser depositados em aterro.

IDALINA PERESTRELO

Portugal não vai mesmo cumprir as metas comunitárias da directiva aterro para 2009, nomeadamente os objectivos de redução da descarga de matéria orgânica nessas infra-estruturas.

Por isso, a vermicompostagem surge como uma oportunidade a não perder devido à sua elevada eficiência ambiental e aos seus baixos custos.

Com cerca de 3 milhões de toneladas de resíduos urbanos enviados anualmente para aterro, Portugal tem agora a oportunidade de com uma tecnologia nacional e barata resolver de vez esse problema ambiental.

Nesse sentido já diversas autarquias demonstraram interesse em avançar para esta solução, sendo de salientar os projectos que estão a avançar no município do Nordeste em S.Miguel (Açores) ou o projecto na AMALGA (Beja). Mais projectos estão entretanto a surgir, como seja no sistema da Resioeste (Cadaval), de Ambisousa (Penafiel) ou em Arouca.

A Quercus irá sensibilizar o Ministério do Ambiente para esta solução inovadora, de forma a que não haja impedimentos ao desenvolvimento de novos projectos.

Dados de base da vermicompostagem

► Área necessária: 0,5 m2 por tonelada de resíduos tratada por ano

► Investimento: 150 a 200 euros por tonelada de capacidade instalada

► Taxa de reciclagem: Superior a 80%

Quercus em acção

Quercus e Dolce Vita Funchal inauguraram ponto de recolha de rolhas de cortiça

Núcleo Regional da Madeira da Quercus

A Quercus e o Dolce Vita Funchal, no âmbito do Projecto Green Cork – Campanha de Recolha de Rolhas de Cortiça para Reciclagem, instalaram um ponto de recolha para rolhas de cortiça, no passado dia 27 de Fevereiro de 2009, no piso 0 do Dolce Vita Funchal. Este ponto de recolha poderá ser utilizado por todos os cidadãos, escolas, hotéis, bares e restaurantes da Região Autónoma da Madeira que voluntariamente procedam à separação deste material.

A partir de agora os cidadãos poderão separar as rolhas de cortiça que produzem e depositá-las para reciclagem no contentor (rolhinhas) que estará colocado junto ao Pingo Doce no mesmo piso. Tendo em conta que a separação feita nos hotéis, bares e restaurantes, assim como nas escolas, deverá resultar em recolhas muito mais volumosas, estes participantes da campanha Green Cork deverão fazer as suas entregas às quintas-feiras entre as 15:00 e as 17:00 horas no cais de carga e descarga do Dolce Vita Funchal, com entrada através da Rua Ponte de São Lázaro.

A Quercus irá contactar os hotéis, restaurantes e bares da Região e incentivá-los a aderir a este projecto iniciando a separação das rolhas de cortiça e encaminhando-as para o ponto de recolha no Dolce Vita Funchal. Através das escolas da Região, com o apoio da Direcção Regional do Ambiente, será também promovida a participação dos alunos madeirenses e portossantenses na recolha de rolhas de cortiça junto das comunidades locais.

Tendo em conta que já existem no mercado vedantes sintéticos de plástico ou de alumínio, utilizados nas garrafas de vinho, os participantes

HÉLDER SPÍNOLA

na separação das rolhas deverão ter o cuidado em depositar apenas no rolhinhas as de cortiça. Apesar da unidade de reciclagem para onde serão enviadas as rolhas (Corticeira Amorim, em Santa Maria da Feira) possuir um sistema de triagem manual é importante que a separação seja a melhor possível de modo a facilitar todo o processo.

O projecto Green Cork foi criado com o objectivo de promover uma melhor gestão e um maior aproveitamento do resíduo cortiça e de obter recursos para o desenvolvimento de acções de conservação da natureza, as quais se estenderão também à Madeira.

O projecto Green Cork é uma campanha da Quercus que conta com a participação, entre outros, da Agência Portuguesa do Ambiente, do Corpo Nacional de Escutas, da Corticeira Amorim, do Dolce Vita, dos Hipermercados Continente, da Delta Cafés, da Biological e da Hovercal.

Porquê reciclar rolhas de cortiça?

A rolha de cortiça faz parte da embalagem do vinho e, tal como os componentes de outras embalagens, também deve ser reciclado. Defendendo a rolha de cortiça como um produto ecológico estamos também a defender o montado de sobro e a biodiversidade que lhe está associada. A cortiça, obtida através da casca do sobreiro (sem danificar a árvore) é uma matéria-prima limitada e valiosa pelo que a sua reciclagem permite uma maior expansão do seu uso e a sua utilização como substituto de outras matérias-primas menos amigas do ambiente.

Este projecto de reciclagem ajudará o ambiente de 3 formas:

1 - Redução de resíduos para incineração ou aterro.

2 - Defesa da rolha de cortiça como produto plenamente ecológico e consequente defesa do montado.

3 - Plantação de novas árvores (espécies autóctones).

Apresentação do ante-projecto do Edifício Verde

Futura sede nacional da Quercus

Direcção Nacional da Quercus

LUÍS AVELAR

No passado dia 2 de Março, a Quercus apresentou publicamente o ante-projecto do Edifício Verde, um projecto demonstrativo de construção sustentável que pretende reabilitar os edifícios da estação de comboios de Sacavém, cedidos pela REFER, para funcionar como sede nacional da Quercus.

Na sessão de apresentação do ante-projecto do Edifício Verde, a cargo da ARX Portugal Arquitectos, foram formalizadas com a RAR Imobiliária, SGS Portugal e Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico (GECoRPA) novas parcerias essenciais ao desenvolvimento e concretização do projecto.

A Quercus destaca como principais metas ambientais para o projecto Edifício Verde: a auto-suficiência em termos energéticos através de uma boa eficiência e aproveitamento de renováveis; a emissão neutra de gases com efeito de estufa; a auto-suficiência em recursos hídricos para utilizações não potáveis, através de uso eficiente, aproveitamento de escorrências pluviais e reciclagem de águas residuais; a reciclagem de 95% dos resíduos produzidos durante a reabilitação e funcionamento; a boa qualidade do ar no interior do edifício; um bom desempenho acústico; e um excelente enquadramento em termos de mobilidade.

Terceira Travessia do Tejo

Quercus irá avançar com queixa à Comissão Europeia

Direcção Nacional da Quercus

Abertura simultânea de componente rodoviária e ferroviária é erro para Lisboa e para o País

Foi anunciada pelo Governo, no passado mês de Fevereiro, a decisão final sobre a Terceira Travessia sobre o Tejo (TTT) através da emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada. Infelizmente, o Governo insiste no erro de estimular a entrada de mais veículos na cidade de Lisboa, englobando desde já o tabuleiro rodoviário na solução adoptada para a TTT.´Como a Quercus informou aquando da sua participação no processo de consulta pública do estudo de impacte ambiental da TTT, uma vez que esta decisão governamental implica o incumprimento de legislação comunitária, será enviada uma queixa formal ao Comissário Europeu do Ambiente, Stravos Dimas.

A Quercus aponta diversas razões para a sua oposição à componente rodoviária na TTT, tais como o incumprimento da legislação comunitária em três áreas relevantes (ruído, qualidade do ar e redução de emissão de gases com efeito de estufa), a estimulação da entrada de mais veículos em Lisboa e não incentivo ao uso dos transportes colectivos, e a promoção de mais movimentos pendulares (associados ao abandono das cidades e à criação de dormitórios na periferia da cidade).

Ao decidir incluir a componente rodoviária o Governo demonstra uma total incoerência e falta de visão estratégica, agindo de forma desconcertada em termos de políticas públicas.

Mais informações em www.quercus.pt

Exploração de urânio no mundo

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

JOSÉ JANELA

O auditório da biblioteca municipal de Nisa foi o local da palestra e debate "Contexto Internacional da Exploração de Urânio - apresentação dos casos da Namíbia e do Brasil". Esta iniciativa, que decorreu no dia 22 de Janeiro, foi organizada pelo MUNN - Movimento Urânio em Nisa Não, Movimento que congrega diversas Entidades (entre as quais a Quercus) que se opõem à possível exploração de urânio nesta localidade.

Márcia Gomes (socióloga e professora) e Norbert Suchanek (jornalista) foram os convidados desta sessão que contou com a presença de cerca de trinta pessoas. O casal, que trabalha no Brasil, aproveitou um período de férias para viajar pela Europa e começar a realizar um documentário sobre o urânio em Nisa.

Foi apresentado o filme documentário «Uranium thirst» que tal como a palavra "Thirst" (sede) indicia, alude à grande quantidade de água que é necessária para a exploração do urânio. Este documentário foi filmado no ano passado na Namíbia, país situado entre a África do Sul e Angola, e que tem a maior mina de urânio do mundo. No documentário são mostrados de forma clara os problemas ambientais que resultam desta actividade extractiva.

Foram também relatadas experiências da participação num encontro mundial na Namíbia sobre a exploração de urânio. Foi nessa ocasião que o documentário foi realizado, tendo também na altura os convidados percorrido várias aldeias da região, esclarecendo os seus habitantes sobre os perigos da exploração do urânio: para se obter 1 kg de urânio produzem-se cerca de 250 kg de resíduos radioactivos. Esses resíduos ficam junto da mina, sendo posteriormente espalhados pelo vento para os campos em redor, escoados pela chuva para os rios ou infiltram-se no solo para os lençóis freáticos. A radioactividade pode assim entrar nos ecossistemas, contaminando também os seres humanos.

Durante o debate com o público presente falou-se da situação em outros locais do mundo, sendo que existem projectos de exploração em países como a Tanzânia, Moçambique, Angola e Botswana. Foi igualmente referido que os defensores das centrais nucleares afirmam que o nuclear é uma energia limpa, mas nunca falam a verdade sobre a actividade contaminante da exploração do urânio. Os cidadãos, de uma forma geral, também não associam o funcionamento das centrais nucleares com a exploração o urânio.

No debate falou-se igualmente da situação em Portugal e de Nisa em particular. Referiu-se que o Estado ainda só tapou um grande buraco de uma mina junto de Canas de Senhorim e o custo total desta obra foi de 6,2 milhões de euros. Todos os outros, resultantes das 61 minas que estiveram em funcionamento, estão ainda por tapar. Relativamente a Nisa, e perante os dados disponíveis, verifica-se que os custos inerentes a uma reabilitação credível seriam também bastante superiores aos benefícios gerados.

De uma forma geral, os presentes na assistência pautaram as suas intervenções por uma oposição à instalação de uma industria de extracção de urânio no concelho, tendo ficado claro que, caso o Executivo decida avançar, haverá uma onda de contestação popular ao projecto.

Manifestação contra a Refinaria na Extremadura Espanhola

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

PLATAFORMA REFINARIA NO

Participaram cerca de mil pessoas neste protesto e de uma forma clara, portugueses e espanhóis mostraram que estão unidos na contestação

No dia 7 de Fevereiro, a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, esteve presente em Santa Olalla de Cala, província de Huelva, para participar numa manifestação contra o projecto de construção de uma refinaria de petróleo na Extremadura Espanhola. Pretendeu-se com esta iniciativa chamar a atenção para os impactes ambientais negativos que se prevêem vir a existir para ambos os países caso este projecto avance, exigindo igualmente aos Governos Português e Espanhol que tomem a decisão de não autorizar a construção da refinaria.

A manifestação foi uma organização conjunta da Plataforma Onubense Oleoducto No, Sevilla Refinería NO y Plataforma Ciudadana Refinería NO, contando com o apoio de diversos movimentos e associações portuguesas e espanholas. Participaram cerca de mil pessoas neste protesto e de uma forma clara, portugueses e espanhóis mostraram que estão unidos na contestação a este projecto.

Plantação de árvores na Serra de S. Mamede – Alvarrões

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

NUNO SEQUEIRA

Participaram na iniciativa cerca de cinquenta pessoas e ao longo do dia, sempre com boa disposição e respeito pelo Ambiente, foram plantadas muitas árvores, valorizando deste modo o importante espaço natural que é a Serra de S. Mamede

A Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, numa iniciativa conjunta com a Caixa Geral de Depósitos, organizou uma actividade de plantação de mil e duzentos Carvalhos-negral (Quercus pyrenaica) no Parque Natural da Serra de S.Mamede, distrito de Portalegre, onde aquela espécie de árvores é autóctone e espontânea.

A acção de plantação foi desenvolvida no dia 14 de Fevereiro, sendo o amor ao Planeta Terra o mote a desenvolver, de acordo com a simbologia da data, pois quem cuida do Ambiente está invariavelmente a pensar na prosperidade sustentável da Humanidade.

Participaram na iniciativa cerca de cinquenta pessoas e ao longo do dia, sempre com boa disposição e respeito pelo Ambiente, foram plantadas muitas árvores, valorizando deste modo o importante espaço natural que é a Serra de S. Mamede. De referir também, como curiosidade, que a folha do Carvalho-negral é o símbolo da Quercus, sinal evidente das preocupações já patentes com a conservação da floresta autóctone aquando do início da nossa Associação.

Grupo de Formação e Educação Ambiental (GFEA)

Quatro anos de actividade em prol do ambiente

O Grupo de Formação e Educação Ambiental foi criado oficialmente a 24 de Julho de 2004, embora a sua actividade estivesse já a decorrer, de acordo com a definição dos objectivos previamente realizada, a médio e longo prazo, para este Grupo de Trabalho.

Vanda Marques

Considera-se importante esclarecer que na criação do GFEA nunca esteve subjacente a ideia do surgimento de uma estrutura que tivesse a coordenação geral das outras estruturas Quercus na área da Educação Ambiental.

Antes, em traços gerais, o que esteve na base da criação deste Grupo de Trabalho foi a constatação da necessidade da existência de uma estrutura, fora das habituais estruturas regionais, que ligada às áreas da Formação e Educação Ambiental pudesse, por um lado, centralizar a informação da EA uma vez que, sendo a Quercus uma associação de âmbito nacional esta se encontra dispersa e, por outro, servir de ligação aos Núcleos, Centros de Educação Ambiental e outras estruturas, para a realização e implementação de projectos, campanhas e outras acções de âmbito supra-regional e mesmo, nacional.

Em 2005, foi apresentada uma proposta para uma estratégia nacional para a Formação e Educação Ambiental na Quercus, onde foram apresentados as linhas gerais de orientação em termos teóricos, que assentam nos objectivos e princípios da EA, entre outros pressupostos, para a sua actuação e intervenção, bem como os respectivos procedimentos a realizar tendo em consideração o diagnóstico efectuado na associação para estas áreas.

VANDA MARQUES

Ao longo do tempo, a forma de organização e respectiva planificação acabou por ter alguns ajustes face ao inicialmente previsto, mas mantendo os objectivos definidos a médio e longo prazo. É preciso não esquecer que o funcionamento geral do GFEA, com excepção de apoios específicos, de carácter pontual para algumas acções e campanhas tem sido realizado, até à data, em grande parte, numa base de voluntariado.

Deste modo, em vez de se pretender ter uma equipa alargada em termos territoriais, o que ficou demonstrado, pela prática, que essa situação colocava várias dificuldades inerentes à própria estrutura associativa, optou-se pela criação de uma equipa-base multidisciplinar centralizada e assim o GFEA integrou os elementos ex-GEA Lisboa e estagiários, estes no âmbito de protocolo celebrado (uma forma de optimização de recursos humanos e dar continuidade ao trabalho desenvolvido nesta área geográfica, uma vez que a coordenação era a mesma), fazendo depois a ligação com as diferentes estruturas, conforme as várias situações.

Projectos, Campanhas e outras iniciativas

Desde a sua constituição, o Grupo de Formação e Educação Ambiental tem participado na concepção, execução ou gestão de diversas iniciativas, na elaboração dos respectivos materiais pedagógicos e de informação. Paralelamente, outras colaborações têm sido efectuadas, com várias entidades, nomeadamente para revistas, livros e publicações on-line.

VANDA MARQUES

No decorrer destes quatro anos, vários projectos e acções foram realizadas, em diversos locais do país, procurando assim, concretizar a abrangência extra-regional/nacional que continua a ser um dos grandes objectivos preconizados para a actuação do GFEA.

"Movimento e Energia"

Parceria: Toyota – 2008

Descrição: Exposição interactiva que visa alertar para a importância das energias renováveis.

Os participantes são convidados a pedalar num conjunto de bicicletas que vão accionar diferentes mecanismos demonstrativos de várias formas de produção de electricidade.

Locais de realização:

Expo FCT e Semana da Mobilidade - Faculdade de Ciências e Tecnologia (Almada);

Acção pelo Clima - Largo de Camões (Lisboa);

Festa da Criança - Museu da Electricidade (Lisboa);

Acção Wind Day – Centro de Interpretação Ambiental (S. Pedro do Estoril)

Para além dos locais indicados, a estrutura das bicicletas esteve presente noutros eventos, cuja presença foi dinamizada pelos respectivos Núcleos locais (ou mais próximos).

Foi o caso da Ovibeja, Semana da Criança e Feira de S. João (Núcleo de Beja/Évora); Expo Europa e Ambiente (Núcleo do Algarve) e II Salão Internacional de Energias Alternativas e Ambiente (Núcleo de Braga).

"Re-utilize"

Parceria: Vodafone – 2007

Descrição: Campanha de informação e sensibilização ambiental destinada a toda a população para recolha de telemóveis, baterias, componentes e outros acessórios fomentando, em simultâneo, práticas de redução, reutilização e reciclagem e alertando para as questões do ambiente em geral.

Para esta iniciativa, foram realizados alguns materiais, nomeadamente o EcoJogo e um folheto com informação diversa.

Esteve em diversos espaços comerciais, tendo sido registada a participação de milhares pessoas, de diferentes faixas etárias.

Locais de realização: Braga, Porto (2), Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Coimbra, Lisboa (3), Cascais, Almada, Algarve, perfazendo um total de 12 acções.

"Ecologia e Multimédia"

Parceria: FDTI – 2006/2007

Descrição: Programa de Formação para ocupação de tempos livres, com o objectivo de dar a conhecer o mundo das tecnologias de informação e comunicação e, em simultâneo, sensibilizar para as questões ambientais (8 - 14 anos).

Neste âmbito, foi realizada a estruturação da componente ambiental, com o desenvolvimento de um conjunto de conteúdos sobre várias temáticas e respectivos suportes e actividades práticas.

Locais de realização: Madeira, Lisboa, Coimbra e Aveiro.

Outras acções realizadas no âmbito do Grupo de Formação e Educação Ambiental

EcoLisboa	Pç. do Comércio	2008	Consumo Responsável
Green Village	Pav. Atlântico	2008	Proteger o Ambiente!
Dia do Associativismo	Espaço Monsanto	2008	Educação Ambiental
Feira Lisboa Alternativa	Cordoaria Nacional	2006/2008*	*Educação Ambiental
Festival dos Oceanos	Lg. Camões	2007	Oceanos, um Património a preservar
Friends of Live Earth	Pav. Atlântico	2007	Proteger o Ambiente!
Ciclo Planeta Terra	Fnac Colombo	2007	Acção Dia Mundial da Criança Vamos Proteger a Floresta! Acção Dia Mundial do Ambiente
Semana do Ambiente	Riviera Center	2006	Acção Dia Mundial da Floresta Acção Dia Mundial da Água
Feira do Livro	Parque Eduardo VII	2004/2006*	*Acção Dia Mundial do Ambiente
Fórum Estudante	FIL	2004	Acção Voluntariado
Terra Sã	Centro de Congressos	2004	Vamos proteger a Floresta!
Centro Vasco Gama	Parque das Nações	2004	Acção Dia Mundial da Floresta Acção Dia Mundial da Água

"Insectos e Outros Bichos"

VANDA MARQUES

Parceria: Expo System – 2005/2006

Descrição: Exposição lúdica e interactiva que visa informar e sensibilizar a população para a sua importância no equilíbrio dos ecossistemas, promovendo o respeito pelo ambiente.

Foram desenvolvidos conteúdos para os vários painéis temáticos informativos, constantes na exposição, para adultos e crianças, bem como para os vários jogos e actividades realizados.

Havia ainda um painel adaptado a cada realidade, cujos conteúdos estavam a cargo do Núcleo regional da respectiva área geográfica.

Esta iniciativa esteve patente em vários espaços comerciais, tendo sido visitada por milhares de pessoas, tendo sido enorme a adesão das crianças que participaram nos jogos e actividades.

Locais de realização: Guimarães, Algarve, S. Miguel (Açores), Cascais e Seixal.

O Centro de Educação Ambiental de Monsanto e outras acções

Foi realizada, pelo Grupo de Formação e Educação Ambiental, a reestruturação do Centro de Educação Ambiental de Monsanto, em Lisboa, com a elaboração de um Programa de Actividades diversificado. Acções de sensibilização, oficinas ambientais ou percursos de actividades são algumas das acções disponíveis para escolas e público em geral.

Foram igualmente efectuadas algumas acções integradas no âmbito da comemoração de dias temáticos como, por exemplo, Dia Mundial da Floresta, Dia Mundial da Terra ou o Dia Ibérico da Floresta Autóctone.

Além das iniciativas indicadas, que apresentam uma maior abrangência geográfica, são diversas as participações quer decorrentes das várias solicitações efectuadas por escolas, para além da presença nos mais variados eventos, centrados na área de Lisboa – Carcavelos – Cascais e onde foram desenvolvidas acções de sensibilização e educação ambiental sobre várias temáticas.

"Clean up the Med" e "Clean up the World"

Parcerias: GEC e Junta de Freguesia de Campolide – 2004/2007

VANDA MARQUES

Descrição: Acções de limpeza e recolha de resíduos em áreas litorais, florestais e urbanas com sensibilização ambiental.

Locais de realização: Barragem do Rio da Mula, Guincho e Bairro da Liberdade (Lisboa).

Visita ao Museu do Papel

Célia Vilas Boas
Núcleo Regional do Porto da Quercus

MUSEU DO PAPEL

Sábado, dia 7 de Março de 2009, a Campo Aberto e a Quercus Porto organizaram uma visita ao museu do papel (Paços de Brandão, Santa Maria da Feira), tendo todos os visitantes oportunidade de participar na oficina dos cartuchos.

Os participantes usufruiram de uma visita guiada com explicações detalhadas bem como, participaram na oficina da produção dos cartuchos. Esta dedica-se a recriar uma sacaria onde os participantes serão convidados a fazer os seus próprios cartuchos, de tamanhos variados e com utilidades distintas, interiorizando "o tempo das mercearias" e valorizando o "papel" do papel em tempos antigos.

MUSEU DO PAPEL

Foi uma oportunidade única para conhecer todo o processo de produção do papel. Este recorre a equipamentos feitos em madeira de pinho e ferro, como a tesoura de cortar o trapo e, a desintegração das fibras da matéria-prima (trapo de algodão / séc. XIX; trapo de algodão e papel velho / século XX) feita através da pila holandesa, vulgarmente chamada de cilindro.

O moinho de galgas, só introduzido na indústria do papel desta região em finais do século XIX, e os diferentes espaços do processo de fabrico, como a Casa do Espande, destinada à secagem, e a Casa do Lixador, destinada à escolha e embalagem do papel são também pontos de interesse e assumem grande importância em todo o processo de reciclagem.

Toda a matéria-prima é conseguida através de um circuito de água que fornece a energia hidráulica necessária para o moinho de galgas, a pila holandesa e a roda do maxão, sendo a máquina contínua accionada por energia eléctrica.

Com uma envolvente única, este museu é o cenário perfeito para passar uma bela tarde de sábado.

A Educação Ambiental em destaque na feira alternativa 2009

A Quercus, através do Grupo de Formação e Educação Ambiental (GFEA), estará presente à semelhança de anos anteriores, na Feira Alternativa que se irá realizar nos dias 27, 28 e 29 de Março, na Cordoaria Nacional, em Lisboa.

A Feira Alternativa nasceu e cresceu para servir os adeptos da vida natural e saudável e também para influenciar os simpatizantes e curiosos que, ano a ano, podem conhecer, aprender e experimentar modos de vida saudáveis.

Alimentação natural e biológica, ecologia, terapias alternativas, massagens, desenvolvimento pessoal, artes orientais, turismo rural, cultura e artesanato étnico, música do mundo, comércio justo e desenvolvimento sustentável são algumas das propostas da 4ª edição da Feira Alternativa 2009.

A Feira Alternativa é a feira de referência desta área em Portugal.

É um projecto sólido com provas dadas que pretende continuar a crescer em qualidade, com ofertas credíveis e fundamentadas que promovam a saúde, o equilíbrio e a simpatia de todos por temas menos convencionais. O público tem gostado e aderido.

Em 2008 foram recebidos cerca de 21.000 visitantes.

A Educação Ambiental será uma das preocupações da Feira Alternativa 2009 pelo que, decorrente da parceria estabelecida entre a organização e a Quercus, através do Grupo de Formação e Educação Ambiental, será realizada uma manhã muito especial no primeiro dia deste evento.

Vai ser pintado "O Mural das Mensagens Ambientais" por crianças dos 5 aos 10 anos. O trabalho final será oferecido ao Ministério do Ambiente com o objectivo de mostrar que as gerações vindouras esperam, em matéria de ambiente, uma herança com futuro.

Os mais pequeninos terão ainda oportunidade de fazer um Workshop de Reciclagem, um Jogo Ecológico e de assistir ao espectáculo musical EcoLógico de Jan Mattes.

A manhã terminará com um Workshop de Culinária Vegetariana onde se vai preparar o almoço com a ajuda de todos!

A colaboração da Quercus na Feira Alternativa 2009, também se estenderá aos mais crescidos, apostando numa "Educação Ambiental para Todos!"

No Domingo, pelas 18:00 haverá uma palestra sobre "Consumo Responsável", onde serão fornecidas dicas e conselhos práticos para que, desta forma, os cidadãos de todas as idades possam participar e contribuir para um ambiente melhor! Vanda Marques (Coordenação GFEA) / Fátima Baptista (Terra Alternativa)

ATL – Férias Ambientais pelo Núcleo de Braga

Núicleo Regional de Braga da Quercus

ANA ANDRÉ

As férias do Natal foram certamente diferentes para as 7 crianças que escolheram o ATL - Férias Ambientais da Quercus para se divertirem nesta época tão festiva. As actividades realizaram-se de 19 a 23 de Dezembro na sede do Núcleo de Braga, no Bairro das Andorinhas. Os temas abordados passaram pelo Consumo Sustentável, Resíduos, Água e Conservação da Natureza. Os jovens ambientalistas, com idades entre os 6 e 10 anos, passaram a conhecer melhor a Natureza e os seus problemas, de uma forma divertida e educativa, através de filmes, expressão plástica, jogos, contos e experiências científicas. Foi com certeza uma experiência marcante que, esperamos, venha a dar os seus frutos muito em breve. Esta foi a primeira edição de ATL no Núcleo de Braga mas pode ser considerada um sucesso.

Apesar da limitação do espaço da sede, foi possível realizar vários jogos didácticos, construir bonitos instrumentos musicais e fazer pasta de papel. As crianças puderam também observar experiências que as alertaram para a necessidade de poupança de recursos, como a água e a energia. A Conservação da Natureza foi outro tema abordado, onde se dramatizou a peça de teatro "A fuinha sem casa". Foram reproduzidas em gesso algumas patas de lobo, canídeo outrora ameaçado nas nossas serras. Apesar de a maioria das crianças já possuir conhecimentos sobre a reciclagem, foi possível mostrar como se pode fazer arte com simples resíduos do dia-a-dia.

O jovem público aderiu com grande entusiasmo à iniciativa e, inclusive, fez questão de posteriormente reproduzir esses trabalhos em casa, mostrando assim aos pais. Ao fim de uma semana repleta de actividades lúdicas e criativas, os ambientalistas voltaram a casa para as festividades com um pequeno diploma e uma imensa vontade de ajudar o ambiente. Missão cumprida! ANA ANDRÉ

PEAR – Plano de Emergência para as Aves Rupícolas explicado em Braga

Nucleo Regional de Braga da Quercus

Realizou-se, no passado dia 16 de Janeiro, mais uma palestra do Ciclo "Natureza em Risco", na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga. Esta iniciativa contou com a organização do Núcleo de Braga da Quercus e apoio da Câmara Municipal de Braga.

Nesta segunda edição foi convidada a associação ALDEIA – Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente, que veio apresentar o PEAR - Plano de Emergência para as Aves Rupícolas, fazendo-se representar pela sua sócia e Bióloga Fábia Azevedo. Esta associação sediada em Bragança tem como objectivo contribuir para um desenvolvimento sustentável, fundamentado na conservação da Natureza e na preservação da Cultura e Tradições que sobrevivem nos meios rurais. Realiza várias actividades dentro da conservação das espécies como Cursos e Workshops de recuperação de animais, Jornadas da Biologia da Conservação entre outras actividades de educação ambiental.

A palestrante começou por identificar as espécies abrangidas pelo projecto: Cegonha-preta, Abutre do Egipto e Águia de Bonelli. Estas espécies encontram-se no Parque Natural do Douro Internacional e estão fortemente ameaçadas. O estudo pretende obter um melhor conhecimento da alimentação das referidas aves, bem como identificar as suas principais ameaças e tentar minimizá-las. Seguiu-se depois uma breve descrição das três espécies, com particular destaque para a caracterização de cada uma delas, distribuição e principais ameaças, assim como acções a tomar.

Foi então considerados essencial alterar a forma como os caçadores vêm as diferentes espécies, sendo que para isso têm decorrido acções em conjunto com associações de caçadores, participações em feiras de caça e inclusive aquisição de terrenos para sementeiras, com a ajuda das mesmas associações cinegéticas. Outras acções passam pela sinalização das linhas eléctricas ou mesmo o distanciamento das mesmas dos locais onde habitam determinadas espécies protegidas, já que a EDP, parceiro neste projecto, tem colaborado, nomeadamente com alterações nas suas redes. Ainda a ser estudada está a criação de charcos para a cegonha preta e o fornecimento artificial de alimento para o abutre do Egipto. No final do projecto, que terminará este ano, irá decorrer um congresso coma apresentação de toda a informação recolhida.

Ao longo da palestra foram colocadas algumas questões à palestrante em relação aos procedimentos em estudo e, na sua recta final, foram anunciadas as actividades que a associação ALDEIA realizou e irá realizar no âmbito da educação ambiental (projectos CEIFA e RAIA), encontros pelo rio Sabor, Jornadas da Biologia da Conservação e observação de aves em Gouveia. Por volta das 23 horas deu-se por terminada a acção e, apesar da fraca afluência, os participantes ficaram certamente mais elucidados sobre um dos projectos sobre a conservação de aves rupícolas. ANA ANDRÉ

Curso "Áreas Verdes Sustentáveis"

Núcleo Regional de Braga da Quercus

É na jardinagem que se consome muita da água urbana, daí a importância de uma boa gestão, para o que será necessário pensar na sustentabilidade desde o projecto do jardim, e assim falamos no melhoramento do solo, na escolha das espécies, no controlo de pragas, etc. É disso que nos propomos falar numa formação aberta ao público em geral, mas particularmente a quem pretenda vir a elaborar o seu jardim e a técnicos de jardinagem. A decorrer no Mosteiro de Tibães, nos sábados 28 de Março, 25 de Abril e 9 de Maio, das 14 às 18h, com teórica e prática.

Inscrições: Em ficha própria a solicitar ao Núcleo de Braga da Quercus, Urbanização das Andorinhas, loja 7, 4700-359 BRAGA ou pelo correio electrónico braga@quercus.pt.

Mais informações através do telefone 253276412 (só às quintas à partir das 21h) ou telemóvel 938464378 (Ana Cristina Costa).

Curso de Reutilização de Resíduos

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Todos conhecemos a política dos 3 R's... Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Com base neste conhecimento e de uma forma divertida, económica e ao mesmo tempo pedagógica, podemos aprender a elaborar bonitos trabalhos com materiais bem simples.

O Curso de Reutilização de Resíduos, promovido pela Quercus, vai ter início em Abril de 2009, e decorrerá às terças-feiras à noite. Esta actividade decorrerá das 19h às 20.30h na Quinta pedagógica de Real, sendo a formadora Imelda Costa. As datas de realização das sessões serão as seguintes:
21, 28 de Abril e 5 de Maio, 12, 19, 26 de Maio e 2, 9 e 16 de Junho

O custo será de 10 € para sócios e 12€ para não sócios (cada conjunto de 3 sessões).

Aguardamos a sua inscrição através de ficha própria a solicitar ao Núcleo de Braga da Quercus, Urbanização das Andorinhas, loja 7, 4700-359 BRAGA ou pelo correio electrónico braga@quercus.pt.

Mais informações através do telefone 253276412 (3ª e 5ª das 9 -18h) ou telemóvel 938464378.

Esta oficina só se realizará se tiver no mínimo 8 formandos.

Quercus em acção

CIR – Centro de Informação de Resíduos

Inauguração da Instalação de reciclagem de rolhas

A Quercus entregou 12 toneladas de rolhas para reciclagem

A Campanha de recolha de rolhas de cortiça – Projecto Green Cork, que arrancou a 5 de Junho de 2008 com a colocação de contentores "os rolhinhas" nos Hipermercados Continente, conta já com a recolha de cerca de 12 toneladas de rolhas, aproximadamente 3 milhões de rolhas que foram encaminhadas para reciclagem.

Carmen Lima – Centro de Informação de Resíduos

Esta Campanha está a decorrer paralelamente no canal Horeca (hóteis, restaurantes e cafés), no qual foram aproveitadas logísticas existentes, implementadas para recolher óleo alimentar usado ou outros resíduos, como é o caso das empresas Biological e Hovercal, ou da Junta de Freguesia da Ericeira e da Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

L. FERNANDES

Com a entrega das primeiras toneladas de rolhas a 21 de Janeiro deste ano, procedeu-se à inauguração da primeira unidade mundial de reciclagem, licenciada para o processamento deste tipo de resíduos, implementada pela Amorim Cork Composites nas suas instalações em Mozelos - Santa Maria da Feira, que contou com a presença do Secretário do Estado do Ambiente.

Depois de entregues as rolhas são seleccionadas (sendo-lhes removido os elementos que não são cortiça, como por exemplo rolhas de plástico), trituradas e recicladas, sendo aproveitadas para o fabrico de outros produtos de cortiça - aglomerados, tais como isolamentos, juntas de dilatação, revestimentos, entre outros.

As verbas obtidas com a entrega das rolhas na Amorim revertem para financiar parte do Programa "Criar Bosques, Conservar a Biodiversidade", no qual a Quercus utilizará exclusivamente árvores que compõem a nossa floresta autóctone, entre os quais o Sobreiro (Quercus suber) – o fechar do ciclo – da natureza para a natureza.

L. FERNANDES

Com o início deste ano, a Quercus prevê o alargamento da Campanha de recolha de rolhas a outras superfícies comerciais e a outros pontos de recolha, através da adesão de novos parceiros, como é o caso do arranque da recolha nas Escolas, através de adesão voluntária (processo que tem sido desenvolvido junto das Direcções Regionais da Educação específicas), de modo a estar cada vez mais próxima do cidadão.

Destaque

URBANISMO

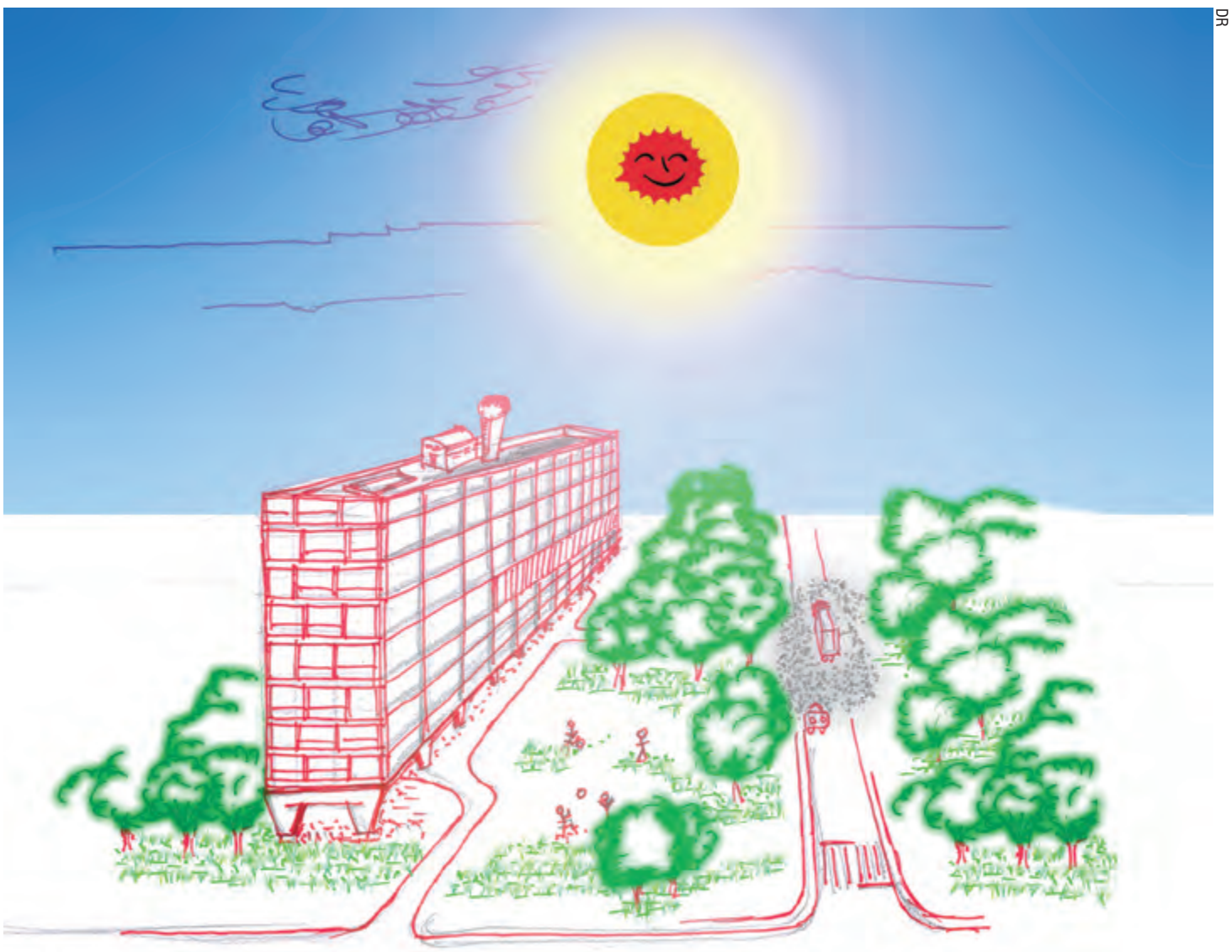
Habitar e descansar na cidade

José Manuel

HÉLDER SPÍNOLA

As cidades implodiram e explodiram além muralhas, calcaram o meio ambiente original. Nelas vivemos a maior parte das nossas vidas, num crónico adoecer face às agressões urbanas, na apneia de quem espera para respirar na escapadela do fim-de-semana seguinte. Ora, as cidades não devem ser este equipamento desordenado, obsoleto e anti-natural - aconteceu chegarmos a este estado mas poderíamos tê-lo evitado. Estamos ainda longe de usufruir aquilo que a cidade nos vai negando: o imenso ar, o extenso espaço no solo, a flora e fauna que sempre renascem, os oceanos que no longínquo horizonte abraçam a Terra e reflectem o Sol, estrela que todas as manhãs nos desperta e aquece, a consciência que nos sobra. Todavia, a Natureza permanece e falta-nos agir para a recuperar!

Respondendo ao crescimento da população urbana deslocámos a habitação para arredores cada vez mais distantes dos locais de trabalho e de divertimento, problema que hoje é remediado dia após dia à custa do desperdício de horas de descanso diário, meios e vias de transporte, canalizações de abastecimento, saneamento e telecomunicações, recursos financeiros familiares e autárquicos. Degradamos os solos, a vegetação e os animais, a qualidade do ar, a nossa saúde. Consumimos os limitados combustíveis fósseis em motores aquecedores e poluidores da atmosfera trabalhando assentes em rodas paradas nos longos congestionamentos. Ao urbanizar, encanamos os pequenos rios e sem prever caminhos pedonais e espaços de lazer construímos habitações de apartamentos em edifícios de apenas quatro a seis pisos ou vivendas isoladas. Estas implantam-se em pequenos lotes cuja área apenas permite uma fita de



DR

terra entre lotes ocupada com a garagem e a circulação da viatura, sem solução que evite ouvir e cheirar as actividades do vizinho, sem espaço para a actividade física ou o cultivo de hortas. Por vezes, até damos aquele saudoso aspecto "verde" à urbanização plantando umas tiras de relva sugadora de água potável onde os animais de companhia evacuam e as nossas crianças não podem pisar.

JOÃO PEREIRA

A Densidade Liberta

Para mostrar que ter qualidade de vida num meio ambiente urbano com milhões de pessoas não é um problema irresolúvel, reanimo uma solução recentemente divulgada na exposição "Le Corbusier, Arte e Arquitectura" que esteve em 2008 no museu da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Colecção Berardo, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Não é a única e universal solução, mas é vantajosa e tem provas dadas embora desconhecidas do público.

A distância e a duração de tempo de viagem entre a habitação e os centros industriais e comerciais pode ser minorada se construirmos edifícios mais altos com, por exemplo, 21 pisos e 1900 habitantes. A densificação habitacional na vertical libertar-nos-á o solo e o tempo. A arquitectura sustentável resolverá as relações ambientais. A engenharia resolverá as técnicas de construção. A primeira visualização de um bloco paredão com 19 metros de largura e 70 de altura por 140 de comprimento pode provocar alguma surpresa. Vamos quanto antes conhecer a composição e o funcionamento desta solução.

Devolver a Terra

O que experimentaremos ao nível do solo? Uma pequena vivenda num lote de 350 m2 constrange-nos ao contrário do desejo de independência. Em contrapartida, se reunirmos 1900 pessoas em 350 apartamentos num edifício alto libertamos mais de 11 hectares de terra. Por equivalência, 350 lotes de terreno com 350 m2 cada um com uma pequena vivenda apenas deixa livres 5 hectares. Cinco destes edifícios juntam 9500 pessoas e libertam 58 hectares de solo, ou seja, uma pequena mata. Numa urbanização com 5 edifícios deste tipo, bastarão 10 a 15 minutos para caminharmos até às moradas dos amigos e serviços mais afastados, caminhando em vias exclusivamente pedonais. Sem ruas de asfalto a vegetação natural e autóctone renascerá com sustentabilidade, incluindo os seres vivos de porte: as árvores. Sendo o edifício sustentado por pilares, a superfície do planeta será para caminhar, naturalmente tropeçar numa pedra, evitar as poças de lama, correr de manhã ou depois do dia de trabalho, jogar, jogar ténis à porta de casa, ler, pensar, no Verão descansar à sombra, cheirar, tocar e ver as plantas, observar as estações do ano, ouvir a bicharada. E alinhará o leitor em hortas ecológicas e jardinagem? Entre cada edifício caminharemos nunca nos cruzando de nível com veículos motorizados. As poeiras, o ruído e os fumos de escapes que acontecem nas rodovias ficarão isolados pela envolvente verde do edifício. As carreiras de transportes públicos poderão ser racionalizadas com uma única paragem para um conjunto destes edifícios dispostos ordenadamente entre si de modo que torne fácil a passagem de transportes ferroviários não poluentes. As crianças conhecerão as flores, as borboletas, os gafanhotos e as rãs. Subirão às árvores. Eventualmente, provarão bagas, experimentarão sabores. Sentirão a areia e a lama. Moldarão a terra e jogarão ao berlinde, correrão com o arco. Não esqueçam que tudo poderá acontecer ao ar livre e à porta de casa. Deixaremos de impermeabilizar o solo e no Inverno os ribeiros e outras linhas de água correrão o seu curso a céu aberto sem as súbitas inundações nos actuais bairros sobrelotados, amontoados e entupidos sobre infra-estruturas obsoletas.

Apartamentos como Vivendas

O que experimentaremos nos apartamentos? Dentro do edifício, dos elevadores até às portas dos apartamentos os corredores terão três metros de largura. As varandas terão mais de 10m2. As paredes entre vizinhos serão em betão e teremos a nossa privacidade acústica garantida. As vistas das varandas, bem afastadas da edificação mais próxima, serão abertas à paisagem, ao ar e ao sol. A rodovia estará lá em baixo depois da zona verde. Teremos de construir pára-sol enquanto actualmente o sol entra ocasionalmente nos apartamentos em que vivemos. Um apartamento terá janelas a nascente e a poente, sendo banhado de sol por ambos os lados. Cada apartamento pode desenvolver-se em duplex permitindo que a sala de estar tenha uma altura de dois pisos, aberta por vidraças ao ar, ao sol e à paisagem. Além da máquina de lavar roupa no apartamento, aceitam uma lavandaria comum e um piso inteiro arejado com estendais de roupa coberto e sem uso de secador a electricidade? A tipologia, as dimensões e os acabamentos estarão à disposição da criatividade e dos recursos.

Usar o Terraço e Outros

O que experimentaremos no terraço? No passado tínhamos o telhado com colmo, com telha, com vigamentos de madeira limitados na resistência e na durabilidade. Com o betão armado podemos construir e impermeabilizar grandes terraços ao ar livre e inundados de sol. Um terraço com 2600 m2 de área permitirá recolher consideráveis quantidades de água da chuva para diversos usos. No terraço teremos espaço para dispor de equipamentos eficientes que autonomizem energeticamente o edifício. Para aliviar o esforço dos pais, o terraço poderá dispor de uma creche com parque infantil e piscina. Actualmente, muito boa gente levanta-se mais cedo e arrasta por entre os fumos de escapes matinais até às creches os filhotes ainda adormecidos. As mães e os pais poderão subir ao terraço para entregar os filhotes no local onde estes saberão que estão perto de casa e depois utilizar os transportes públicos não precisando do automóvel particular para se desesperar e gastar nos habituais congestionamentos e estacionamentos. Poderemos ter no terraço bem pertinho um ginásio para cuidar preventivamente da saúde. Poderemos ter um pequeno anfiteatro e bar para convívio.

Também, quando chegarmos a casa ao fim da tarde poderemos dispor nos andares de baixo de pequenas lojas com as mercearias e os vegetais frescos. Poderemos dispor colectivamente de quartos para hóspedes e de um pequeno restaurante para alívio do trabalho doméstico principalmente das mulheres depois de um dia de labuta.

Construir a Cidade Vertical

Estas soluções estudadas na escola pública pelos arquitectos terão dificuldades e desvantagens suficientes que sejam justificação para a sua não aplicação? Temos necessidade de viver com sustentabilidade e há um século que dispomos de sobra da tecnologia necessária. Suponho que as questões do ordenamento do território sejam as de maior dificuldade. Se os políticos e os proprietários planearem a longo prazo talvez consigam partilhar a influência e os rendimentos. Relembrei "planeamento" e "longo prazo", comportamentos desejáveis à competência de quem pode ver e decidir de cima.

Apresento a ideia de se oferecer, numa propriedade urbana, 350 apartamentos duplexes de 140 m^2 cada dispondo de serviços comuns e uma mata com mais de 11 hectares. Poderão no quadro anexo comparar a solução horizontal de 350 moradias e a solução proposta por 350 apartamentos. Na primeira ocupam-se 49.000 m^2 de área de construção e dispomos de 41,1% de terreno livre; na segunda ocupam-se apenas 2.660 m^2 de construção e dispomos de 93,5% de terreno livre.

Não é a solução universal mas o contexto, as vantagens e a exequibilidade estão mostrados. Podem consultar exemplos construídos noutros países, por exemplo, a Unité d´habitation em França, Marselha, Boulevard Michelet, com o endereço de vídeo http://www.youtube.com/watch?v=ImCrksBey90

Não se tratando de uma proposta de especialista é a minha opinião de cidadão do planeta.

Cidade Vertical

	350 lotes individualizados		Solução proposta	
Descrição	*Área (m²)*	%	*Área (m²)*	%
Total	122.500	100%	122.500	100%
Estacionamentos	4.270	3,5%	4.270	3,5%
Moradias	49.000	40,0%		
Edifício			2.660	2,2%
Faixas livres	50.330	41,1%		
Campo livre			114.520	93,5%
Passeios	6.300	5,1%	350	0,3%
Ruas	12.600	10,3%	700	0,6%

Primula

Um dos primeiros sinais da Primavera

Na Primavera todos os nossos sentidos acordam, as árvores folhosas despertam, as flores desabrocham docemente trazendo uma grande variedade de cores e cheiros, os pássaros em grande azáfama constroem os seus ninhos, os ribeiros cantam… Obrigada Mãe Natureza por mais um despertar!

LH6.GGHT.COM

Andreia Gama

A minha primeira lembrança de ver prímulas vem da minha infância. Quando ia passar férias em casa das minhas avós, na aldeia, e nos passeios que fazíamos pelos campos recordo especialmente esta planta, não apenas pela sua beleza mas principalmente devido ao nome curioso que a minha mãe lhe dava, Pão-e-queijo. Durante muitos anos, denominei esta prímula por este seu nome vulgar e tão sugestivo de Pão-e-queijo.

A prímula (*Primula acaulis* (L.) L.) é um dos primeiros sinais de que a Primavera chegou. Por este facto em Inglaterra é conhecida por Primrose, como que significando a "primeira rosa". O nome rosa nem sempre foi usado para um grupo tão restrito de flores como hoje. Em tempos abrangeu um maior número de espécies onde se incluíam as prímulas, daí a designação de "Primrose" em inglês. O nome Prímula tem a sua origem no latim primus e primulus que significam primeiro, as primeiras flores da Primavera. É sem dúvida a precocidade da floração da maioria das espécies do género Prímula que as caracteriza.

O género Prímula pertence à família das Primulaceae e à ordem Ericales, uma ordem que terá surgido há mais de 100 milhões de anos. Na América do Norte foram encontrados fósseis variados de flores, supostamente pertencentes a esta ordem, com 90 milhões de anos (Período Cretácico). É, portanto, uma das maiores e mais diversas ordens de dicotiledóneas – nome dado ao grupo de plantas floridas em que o embrião (semente) possui dois cotilédones (primeiras folhas que surgem do embrião) –, que inclui árvores, arbustos, lianas e plantas herbáceas. Umas das propriedades interessantes desta ordem são as associações simbióticas entre fungos e as raízes das plantas a ela pertencentes, as micorrizas, em que o fungo vai auxiliar a planta na função de absorção de água e sais minerais do solo, aumentando a superfície de absorção que a planta teria acesso apenas através das suas raízes. Por sua vez, os fungos, que não possuem clorofila, recebem da planta os carbohidratos, assim como glucose produzida pela planta durante a fotossíntese.

WWW.RMRP.COM

As Primuláceas são uma família de plantas anuais ou perenes, com cerca de 24 géneros que incluem plantas de jardim conhecidas como as prímulas. Esta família abrange uma grande variedade de espécies, cosmopolitas, na sua maioria proveniente de regiões temperadas e frias do hemisfério norte.Caracterizam-se pelas suas folhas simples, opostas, verticiladas, em roseta verdadeira ou falsa (caso das prímulas).

Existe um elevado número de espécies do género prímula, sendo estas espécies de elevado valor ornamental. As prímulas perenes florescem especialmente na Primavera, e as suas flores têm cores que variam entre o roxo, vermelho, amarelo, rosa e branco. Geralmente preferem luz filtrada. Em alguns países a colheita excessiva destas plantas levou à criação de legislação proteccionista de algumas das espécies de prímulas.

A *Primula acaulis* é nativa do Oeste e Sul da Europa, Noroeste de Africa e Sudoeste da Ásia. É uma herbácea perene, de crescimento lento, variando a sua altura entre os 10 – 30 cm, formando as suas folhas uma roseta basal. As folhas apresentam uma margem irregular, crenada a dentada, e usualmente possuem um pecíolo pequeno. As flores, hermafroditas, são amarelo pálido, com um centro amarelo mais vivo, crescendo apenas uma por caule.

A prímula pode ser encontrada normalmente em florestas de caducifólias, em lameiros, bosques, margens de rios e sebes, florescendo entre Março e Maio.

Distribuição em Portugal (in: Flora Digital de Portugal – Jardim Botânico da UTAD)

Ficha técnica

Família: Primulaceae
Género: Primula
Espécie: *Primula acaulis (L.) L.*
Nome vulgar: Barral; Copinhos-de-leite; Flor-da-doutrina; Pão-de-leite; Pão-e-queijo; Páscoas; Primavera; Primaveras; Prímula; Qeijadinho; Rosas-de-Páscoa
Aspecto: herbácea perene, de crescimento lento, altura varia entre os 10 – 30 cm, com as folhas a formarem uma roseta basal.
Folhas: rugosas, margem irregular – crenada a dentada –, usualmente com um pecíolo pequeno, dispostas em roseta; comprimento varia entre os 5 – 25 cm por 2 – 6 cm de largura.
Flores: hermafroditas; amarelas pálido com o centro num amarelo vivo; diâmetro que varia entre os 2 – 4 cm; ovário superior, que mais tarde vai formar uma cápsula que irá abrir por válvulas, por onde liberta pequenas sementes pretas; floração entre Março e Maio.
Fruto: uma cápsula com numerosas sementes.
Habitat: florestas de caducifólias, em lameiros, bosques, margens de rios e sebes.
Distribuição: Oeste e Sul da Europa, Noroeste de Africa e Sudoeste da Ásia; distribuição em Portugal ver Figura 1.
Curiosidades: A prímula possui propriedades medicinais, sendo utilizada em infusões contra a tosse e como calmante. Utiliza-se também na higiene oral. As pétalas envolvidas em açúcar servem para fazer rebuçados.

A invasão das aves marinhas

Meteorologicamente, o Inverno de 2008-09 caracterizou-se por um rigor como há muito não se via: frio, chuva e neve juntaram-se e dominaram durante várias semanas consecutivas. Estas condições trouxeram consigo um rol de aves marinhas que fizeram as delícias de fotógrafos e observadores de aves.

Gonçalo Elias

GONÇALO ELIAS

Gaivota tridactila

Depois de um Novembro ameno e soalheiro, o mês de Dezembro começou chuvoso. Nesse mês, os períodos de mau tempo alternaram com dias de sol, mas para desagrado de quase todos os que gostam de actividades de exterior, os dias mais chuvosos deram-se sobretudo ao fim-de-semana. Com efeito, à excepção do fim-de-semana de 20-21, que foi de sol, os fins-de-semana foram geralmente, frios, cinzentos e tristonhos. Os ventos fortes que se fizeram sentir ajudaram a criar um ambiente desagradável, pouco propício a actividades de exterior.

E se em Dezembro o tempo esteve mau, em Janeiro ficou pior. Os dias de sol escassearam e os temporais intensificaram-se: muita chuva, ventos fortes e bastante neve (no norte do país, foram pelo menos seis os nevões em menos de dois meses).

Os observadores de aves sabem bem que as condições meteorológicas adversas são particularmente favoráveis ao aparecimento de aves de hábitos pelágicos, que se aproximam da costa. Contudo, aquilo que aconteceu este Inverno superou as expectativas mais ousadas.

A chegada das mobelhas

O primeiro sinal de que algo de anormal estava a acontecer surgiu em finais de Dezembro e inícios de Janeiro, quando foram observadas mobelhas-grandes (*Gavia immer*) em diversos locais da costa portuguesa. Peniche, Cabo Espichel, lagoa de Albufeira, praia de Oeiras e ria de Aveiro foram alguns dos locais onde esta espécie, raramente avistada em Portugal, foi detectada durante o período que rondou o ano novo. Porque estariam a aparecer tantas mobelhas entre nós? Estaria o Inverno a ser muito rigoroso ou seria apenas um movimento anormal envolvendo uma única espécie?

Até meados de Janeiro esta foi a única indicação que apareceu. Mas a partir da terceira semana, tudo mudou.

A invasão das gaivotas

A partir de meados de Janeiro, as gaivotas foram os grandes protagonistas. Um pouco por todo o país, assistiu-se ao aparecimento de gaivotas raras, que habitualmente não aparecem nas nossas costas.

Duas espécies habitualmente raras em Portugal – a gaivota-hiperbórea (*Larus hyperboreus*) e a gaivota-polar (*Larus glaucoides*) – marcaram presença em diversos locais do litoral centro e sul, particularmente em praias, portos de pesca e pequenos estuários. Estas duas espécies são oriundas das regiões árcticas (Islândia, Gronelândia e Árctico canadiano) e invernam no atlântico norte, raramente descendo abaixo da latitude 50 graus norte. Na maioria dos anos, apenas há registos isolados destas espécies, mas este Inverno as duas espécies foram observadas em diversos locais da nossa costa. Deverá ter havido pelo menos dez indivíduos diferentes de cada espécie, com uma notável concentração de cinco gaivotas-hiperbóreas no porto de Peniche, no início de Fevereiro. No caso das gaivotas-polares, há ainda a destacar uma observação de um indivíduo da subespécie kumlieni, oriunda do Canadá!

O aparecimento em números anormais destas duas espécies de gaivotas também foi registado nos Açores.

Duas outras espécies relativamente raras junto à costa continental – a gaivota-tridáctila (*Rissa tridactyla*) e a gaivota-pequena (*Larus minutus*), apareceram em números muito razoáveis, com bandos de algumas dezenas em diversos locais do litoral nacional. Mas o movimento não se ficou pelo litoral. No caso das gaivotas-tridáctilas, que apareceram aos milhares nas nossas costas, o movimento estendeu-se para o interior e houve registos da sua ocorrência no médio Tejo (Abrantes), em várias barragens alentejanas dos distritos de Beja e Portalegre, na zona de Arganil e até na serra da Estrela!

No centro de Espanha foi observada e fotografada uma gaivota-rosada (*Rhodostethia rosea*), espécie raríssima nas nossas latitudes.

GONÇALO ELIAS

Painho de cauda forcada

Painhos, fulmares e outras aves

Para além das gaivotas, que foram a face mais visível desta "invasão", outras espécies marcaram presença no nosso território.

O painho-de-cauda-forcada (*Oceanodroma leucorhoa*), pequena ave de hábitos fortemente pelágicos, deu à costa em diversos locais, tendo sido encontrados exemplares mortos ou debilitados em Sagres e na lagoa de Albufeira; além disso, foram observados pelo menos 5 indivíduos em voo sobre a lagoa de Óbidos em finais de Janeiro, sendo esta uma observação invulgar para uma ave de hábitos pelágicos e foram ainda vistos diversos indivíduos ao largo de Lagos em Fevereiro. Os fulmares (*Fulmarus glacialis*) também são muito raros em águas nacionais, mas no início de Fevereiro houve notícia de vários exemplares mortos que apareceram nas praias do litoral centro e sul, nomeadamente junto à lagoa de Albufeira e à lagoa de Santo André.

No estrangeiro

GONÇALO ELIAS

Gaivota hiperborea

O aparecimento de números anormalmente elevados de aves marinhas tem-se verificado noutros países da Europa. Na vizinha Espanha, particularmente na Galiza e nas Astúrias, foram registadas dezenas de gaivotas hiperbóreas e polares (com cerca de três dezenas de registos de cada espécie, só em Janeiro).

Também na Irlanda, no Reino Unido e em França se registou o aparecimento, em números pouco habituais, de inúmeras gaivotas vindas de regiões mais a norte.

O que estará por trás deste movimento anormal de aves marinhas, que fizeram chegar às costas europeias muitas espécies que habitualmente não ocorrem nestas paragens? Poder-se-ia conjecturar se terá sido apenas o mau tempo o responsável por todo este movimento. Ou será que o alimento terá escasseado nas zonas habitualmente frequentadas por estas aves?

Estas são perguntas que, para já, terão de ficar sem resposta e que mostram que, apesar de conhecermos já razoavelmente bem os movimentos migratórios das aves, ainda há muito por descobrir.

Para os mais curiosos, aqui ficam alguns links onde se disponibiliza informação sobre as observações mais recentes de aves raras:
http://raridades.avesdeportugal.info
http://azores.seawatching.net
http://madeira.seawatching.net
http://www.rarebirdspain.net
http://www.netfugl.dk/observations.php?id=wp

Legislação Ambiental

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

• **DR 245 SÉRIE I de 2008-12-19**

Portaria n.º 1489/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Ulme e Vale de Cavalos, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Ulme e Vale de Cavalos, do concelho da Chamusca

Portaria n.º 1490/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Ponte de Lima, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Anais, Cabaços, Calvelo, Fojo Lobal, Friastelas, Queijadas e Rebordões de Souto, do concelho de Ponte de Lima

Portaria n.º 1491/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Aljão/Mondego, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Arcozelo da Serra, Cativelos, Rio Torto, Ribamondego, Nabais e São Paio, do concelho de Gouveia

Portaria n.º 1492/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Foupana, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Odeleite, do município de Castro Marim e Pereiro e Vaqueiros, do município de Alcoutim

Portaria n.º 1493/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Chouto e Parreira, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Chouto, Parreira e Bemposta, dos concelhos de Chamusca e Abrantes

Portaria n.º 1494/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Pousaflores, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Pousaflores, do concelho de Ansião

Portaria n.º 1495/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Tábua Nordeste, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Candosa, Covas, Espariz, Midões, Póvoa de Midões, São João da Boavista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha, do concelho de Tábua

• **DR 248 SÉRIE I de 2008-12-24**

Portaria n.º 1515/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Paiva, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Santa Marta de Sardoura, São Martinho de Sardoura, Raiva, Pedorido, Paraíso, Sobrado, Fornos, Bairros e Real, do concelho de Castelo de Paiva

• **DR 252 SÉRIE I de 2008-12-31**

Portaria n.º 1552/2008 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Lombo, Chacim, Olmos e Morais, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Chacim, Olmos e Morais, concelho de Macedo de Cavaleiros

• **DR 1 SÉRIE I de 2009-01-02**

Portaria n.º 6/2009 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Penhascoso Norte, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Penhascoso e Mação, do concelho de Mação

• **DR 2 SÉRIE I de 2009-01-05**

Decreto-Lei n.º 3/2009 - MADRP

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/61/CE, da Comissão, de 17 de Junho, que estabelece as condições segundo as quais determinados organismos prejudiciais, vegetais, produtos vegetais e outros materiais, constantes dos anexos I a V da Directiva n.º 2000/29/CE, do Conselho, de 8 de Maio, podem ser introduzidos ou circular na Comunidade ou em certas zonas protegidas desta, para fins experimentais ou científicos e trabalhos de selecção de variedades

• **DR 6 SÉRIE I de 2009-01-09**

Decreto-Lei n.º 9/2009 - MADRP

Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade dos guardas dos recursos florestais

• **DR 9 SÉRIE I de 2009-01-14**

Decreto-Lei n.º 16/2009 - MADRP

Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal

• **DR 10 SÉRIE I de 2009-01-15**

Portaria n.º 26/2009 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Vila Maior, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Vila Maior, Pinho e Pindelo dos Milagres, do concelho de São Pedro do Sul

• **DR 15 SÉRIE I de 2009-01-22**

Portaria n.º 65/2009 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Arneiro das Milhariças e Espinheiro, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Arneiro das Milhariças e Espinheiro, dos municípios de Santarém e Alcanena

Portaria n.º 81/2009 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Serapitel, englobando vários prédios rústicos de Cabeça, Loriga, Alvôco da Serra e Vide, do concelho de Seia

• **DR 20 SÉRIE I de 2009-01-29**

Portaria n.º 113/2009 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal da Charneca da Calha do Grou, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Parreira, Couço e São José da Lamarosa, dos concelhos de Chamusca e Coruche

Portaria n.º 114/2009 - MADRP

Cria a zona de intervenção florestal de Vale de Nogueiras, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Vale de Nogueiras, do concelho de Vila Real

• **DR 20 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2009-01-29**

Portaria n.º 118-A/2009 - MADRP

Aprova o Regulamento de Enquadramento e Apoio às Organizações de Produtores Florestais

• **DR 25 SÉRIE I de 2009-02-05**

Portaria n.º 143/2009 – PCM; MDN; MAOTDR; MEI; MADRP

Define os condicionalismos específicos ao exercício da pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV)

Portaria n.º 144/2009 – PCM; MDN; MAOTDR; MEI; MADRP

Define as áreas e condicionalismos ao exercício da pesca lúdica, incluindo a apanha lúdica, em águas oceânicas da subárea da zona económica exclusiva do continente, águas interiores marítimas e águas interiores não marítimas sob jurisdição da autonomia marítima

• **DR 28 SÉRIE I de 2009-02-10**

Decreto-Lei n.º 36/2009 - MAOTDR

Procede à modificação dos instituidores da Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, criada pelo Decreto-Lei n.º 306/2000, de 28 de Novembro, e à aprovação dos seus estatutos

• **DR 30 SÉRIE I de 2009-02-12**

Portaria n.º 160/2009 - MAOTDR

Interdita o exercício da caça dentro dos limites do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Portaria n.º 161/2009 - MAOTDR

Estabelece a interdição do exercício da caça em todos os terrenos cinegéticos não ordenados, dentro dos limites do Parque Natural da Serra de São Mamede

• **DR 31 SÉRIE I de 2009-02-13**

Portaria n.º 163/2009 - MAOTDR

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Real de Santo António

Portaria n.º 164/2009 - MAOTDR

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Silves

• **DR 36 SÉRIE I de 2009-02-20**

Portaria n.º 183/2009 - MAOTDR

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Maia

Portaria n.º 187/2009 - MADRP

Procede à repartição da quota de pescada branca do Sul

Portaria n.º 191/2009 - MADRP

Regulamenta os procedimentos de transferência de gestão das zonas de caça nacionais para as autarquias locais

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

• **DR 250 SÉRIE I de 2008-12-29**

Portaria n.º 1530/2008 – MF; MAPEI

Fixa as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) relativo aos combustíveis industriais

• **DR 2 SÉRIE I de 2009-01-05**

Lei n.º 1/2009 - AR

Estabelece o regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto

• **DR 8 SÉRIE I de 2009-01-13**

Portaria n.º 13/2009 – MFAP; MAOTDR; MEI; MADRP; MOPTC

Fixa o valor da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para o biocombustível substituto do gasóleo

• **DR 18 SÉRIE I de 2009-01-27**

Decreto-Lei n.º 26/2009 - MEI

Cria um quadro de definição dos requisitos de concepção ecológica dos produtos consumidores de energia, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/32/CE

• **DR 22 SÉRIE I de 2009-02-02**

Portaria n.º 134/2009 – MFAP; MAOTDR; MEI; MADRP; MOPTC

Fixa o valor da isenção do imposto sobre os

Legenda

AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI - Ministério da Economia e da Inovação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Fonte: Diário da República Electrónico Sumários (http://dre.pt/)

produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para o biocombustível substituto do gasóleo

• **DR 25 SÉRIE I de 2009-02-05**

Resolução da Assembleia da República n.º 3/2009 - AR

Plano nacional de promoção da bicicleta e outros modos de transporte suaves

Resolução da Assembleia da República n.º 4/2009 - AR

Recomenda ao Governo a promoção de redes de modos suaves a integrar nos planos de mobilidade urbana

• **DR 31 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2009-02-13**

Portaria n.º 165-C/2009 - MADRP

Institui no âmbito da medida n.º 1 do Programa Agro-Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações Agrícolas a acção n.º 1.4., «Apoio a acções promotoras de eficiência energética no âmbito das explorações agrícolas» e o respectivo regime de ajudas

• **DR 36 SÉRIE I de 2009-02-20**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2009 - PCM

Cria o Programa para a Mobilidade Eléctrica em Portugal, dirigido por um gabinete constituído no âmbito do Ministério da Economia e da Inovação

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

• **DR 18 SÉRIE I de 2009-01-27**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2009 - PCM

Prorroga, por um ano, as medidas preventivas previstas no Decreto n.º 1/2007, de 25 de Janeiro, com o objectivo de viabilizar a terceira travessia do rio Tejo, no eixo Chelas-Barreiro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2009 - PCM

Estabelece medidas preventivas com vista à salvaguarda da programação e implementação da ligação ferroviária de alta velocidade do eixo Porto-Vigo, aplicáveis ao troço Braga-Valença

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2009 - PCM

Altera as áreas abrangidas pelas medidas preventivas estabelecidas com vista à salvaguarda da programação e implementação da ligação ferroviária de alta velocidade do eixo Lisboa-Madrid, nos municípios de Moita, Palmela, Montijo, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Évora, Redondo, Vila Viçosa, Alandroal e Elvas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2009 - PCM

Estabelece medidas preventivas com vista à salvaguarda da programação e implementação da ligação ferroviária de alta velocidade do eixo Lisboa-Porto, aplicáveis aos troços Vila Franca de Xira-Alenquer e Pombal-Oliveira do Bairro

• **DR 19 SÉRIE I de 2009-01-28**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2009 - PCM

Suspende parcialmente o Plano Director Municipal de Almeirim, pelo prazo de três anos, com vista à concepção/construção das novas instalações do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo

• **DR 37 SÉRIE I de 2009-02-23**

Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2009/A – RAA - PG

Suspende parcialmente o Plano Director Municipal de Vila do Porto

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

• **DR 28 SÉRIE I de 2009-02-10**

Decreto-Lei n.º 39/2009 - MADRP

Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 396/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Fevereiro, relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, de origem vegetal ou animal

RESÍDUOS

• **DR 3 SÉRIE I de 2009-01-06**

Decreto-Lei n.º 6/2009 - MAOTDR

Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE

• **DR 33 SÉRIE I de 2009-02-17**

Portaria n.º 172/2009 – MAOTDR; MEI; MS

Aprova o Regulamento dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER)

OUTROS

• **DR 252 SÉRIE I de 2008-12-31**

Resolução da Assembleia da República n.º 68/2008 - AR

Recomenda ao Parlamento Europeu a adopção de um conjunto de medidas a inserir na proposta de regulamento do Conselho que estabelece regras comuns para o regime de apoio directo aos agricultores no âmbito da PAC e institui determinados regimes de apoio aos agricultores

Leitura ecológica

Livro Diário do Ambiente

Agora já pode adquirir o "Diário do Ambiente" através da Internet, bastando para isso aceder à área da Loja da Quercus no site www.quercus.pt. À distância de um clique, este pequeno livro de bolso dá-lhe conselhos práticos e simples, referentes à temática da água, dos resíduos, da energia e da construção sustentável, para que no seu dia-a-dia possa ajudar o ambiente. O "Diário do Ambiente" foi uma iniciativa desenvolvida no âmbito do projecto HiperNatura Continente, em parceria com a Quercus, dando expressão à vertente de sensibilização ambiental que se pretendia promover, no âmbito também das comemorações do Ano Internacional do Planeta Terra promovidas pela Comissão Nacional da UNESCO.

Preço: 2,00 €

internet
Links

ABC Da Energia

ABC da Energia

O canal obrigatório da Energia para crianças, onde há muito para ver e fazer.
O sítio ABCDaEnergia é de grande interesse informativo e complementar à função didáctico-pedagógico junto dos jovens e professores, e importante para uma mudança comportamental sustentada.

http://www.abcdaenergia.com

Conselho ambiental

Ambiente e solidariedade

BANCO de EQUIPAMENTOS

BANCO de BENS DOADOS

Hoje em dia é cada vez mais frequente o aparecimento de iniciativas ou campanhas que procuram juntar causas com relevância social, com o intuito de atrair pessoas ou entidades que, de outra forma, poderiam não estar tão sensíveis a uma dada mensagem.
A ligação entre causas sociais e causas ambientais é um dos melhores e mais recentes exemplos. Desde as campanhas da Assistência Médica Internacional (AMI), com a promoção da recolha de radiografias e mais recentemente de tonners, cartuchos e óleos alimentares, até à associação entre a Sociedade Ponto Verde e a luta contra o cancro da mama, várias tem sido as iniciativas.
Promover um melhor ambiente está imbuído naturalmente de um sentido de solidariedade, mesmo quando não está associado a nenhuma causa específica, isto porque ao trabalharmos em prol do ambiente estamos a trabalhar para o bem comum, a permitir à sociedade que possa ter uma vida mais saudável e equilibrada e que possa deixar para as gerações futuras um legado também nesse sentido. Trata-se assim de um contributo solidário intra e inter-geracional.
Contudo, nem sempre é fácil motivar para esta colaboração conjunta pessoas que, ou estão mais afastadas do tema e da importância do equilíbrio ambiental, ou simplesmente, não vendo um ganho directo e palpável, acabam por descurar esses cuidados.
Associar a causa ambiental a causas de intervenção social tem o potencial de permitir juntar e sensibilizar diferentes sectores da sociedade para novas causas, reforçando a mensagem de interligação entre os diferentes pilares que constituem a nossa sociedade, tal como preconizado pelo conceito de desenvolvimento sustentável (que assenta na integração dos pilares ambiental, social e económico).
Para além dos exemplos referidos anteriormente, a Entrajuda lançou dois novos projectos que procuram também fazer esta integração de interesses. Por um lado apostou na recolha de resíduos de equipamento eléctrico e electrónico reutilizando os que são passíveis de o serem (entregando-os posteriormente a famílias carenciadas) ou enviando-os para reciclagem (utilizando o valor recebido por essa entrega para projectos de intervenção social) (www.bancodeequipamentos.pt). Por outro, aproveitando os "desperdícios" de muitas entidades, canalizando-os para instituições parceiras que depois se encarregam de os distribuir a quem mais necessita (www.bancodebensdoados.pt). Neste caso estamos a falar de bens muito diversos, muitas vezes decorrentes de mudanças de imagem em produtos, de encerramento de lojas ou empresas, de excedentes ou stocks com pouca saída no mercado.
Ambas as iniciativas permitem poupar muitos recursos naturais e económicos, ajudando o ambiente, as entidades que estão no terreno a dar apoio social, as famílias que beneficiam deste apoio e até as empresas/entidades ou os cidadãos, que encontram assim uma boa solução para algo que, de outra forma, seria um problema para o qual teriam que arranjar uma solução.
Se trabalha numa entidade que tem bens em bom estado para doar, se possui em sua casa equipamentos que podem ser reutilizados que já não utiliza ou que já não funcionam, ou se colabora numa instituição de solidariedade que poderá vir a ser beneficiária destes "bancos", contacte a Entrajuda. SUSANA FONSECA

Histórias da vida de uma lontra

Um conto da natureza

escrito por
Alexandrina Pipa

ilustração de Gabriel Lagarto

Olá amigos!

O meu nome é Lutrinha. Hoje é a minha vez de vos contar o Conto da Natureza, espero que gostem da minha história.

Numa pequena ribeira, duas lontrinhas bebés viviam felizes com a sua mãe. Passavam quase todo o dia a dormir na sua toca, que tinha sido construída pela mãe nas margens da ribeira, por entre as raízes de um velho amieiro.

Era à noite que chegava a verdadeira animação, a mãe, sempre atenta e carinhosa, trazia comida do rio e deixava sair à rua as suas pequenas filhotas, ficando sempre a vigiá-las para que nada de mal lhes acontecesse. Por vezes, mãe e crias envolviam-se em brincadeiras muito animadas; a mãe lontra também ensinou as suas filhotas a nadar, mas nunca as deixava passar muito tempo dentro de água, pois sabia que as pequenotas ainda não tinham resistência para se aguentarem mais do que alguns minutos a nadar.

Certo dia, quando toda a família dormia, começou a ouvir-se um barulho ensurdecedor. A mãe e as pequenas lontrinhas acordaram sobressaltadas. Aquele ruído parecia vir de muito perto, podia sentir-se o solo a tremer. A mãe lambeu o pêlo das suas crias para que se acalmassem

– São máquinas. – disse a mãe – Devem estar a limpar a ribeira.

O ruído tornou-se cada vez mais ensurdecedor, as raízes do amieiro que serviam de toca àquela pequena família, pareciam agora dançar e começava a soltar-se terra das paredes. O velho amieiro estava a ser arrancado pelas máquinas e a entrada da toca das lontras estava a ficar tapada pela terra que caía das margens.

Assustada com toda aquela confusão, a mãe lontra lambeu a cara das suas duas filhotas e encorajou-as:

– Vamos, temos que sair agora!

– Mas, mãe…? – reclamou, apavorada, a lontrinha mais pequena.

– Tem, que ser! – gritou a mãe – Vocês vão à frente! – acrescentou, enquanto as empurrava delicadamente com o nariz para o pequeno buraco que restava daquilo que antes era uma grande saída e agora estava quase tapada por terra.

– Rápido! – pediu a mãe – entrem na ribeira e deixem-se levar pela corrente, nada de mal vos acontecerá. Quando já não ouvirem barulho, saiam da água e escondam-se na vegetação.

– Eu vou já ter convosco – assegurou.

Assim que as duas pequenas lontrinhas se esgueiraram pela saída, um grande monte de terra caía atrás delas, tapando o que restava da entrada.

Em pânico, as duas irmãs entraram na água, o barulho era terrível e as margens da ribeira pareciam estar a ruir.

Como a mãe lhes tinha dito, deixaram-se levar pela corrente, ribeira abaixo.

O ruído ensurdecedor parecia não lhes sair dos ouvidos e continuavam a afastar-se através da corrente.

Exaustas, e já sem ouvir qualquer ruído, as lontrinhas saíram então da água e dirigiram-se para a primeira vegetação que encontraram e lhes pareceu ser um bom esconderijo.

Estavam agora, pela primeira vez longe da segurança da sua casa, encharcadas e cheias de frio, num sítio desconhecido e sem a sua cuidadosa mãe.

Ambas tremiam. Talvez fosse do medo, mas era também porque estavam muito cansadas.

Já na segurança da vegetação, as duas crias pouco mais podiam fazer, senão tentar esperar pela sua mãe.

Encostaram-se

bem uma à outra para que pudessem, juntas, gerar mais calor e aquecer-se.

Ainda tremiam, mas sabiam que tinham que se manter unidas para sobreviverem, por isso, tentaram confortar-se uma à outra e adormeceram aninhadas.

Quando acordaram já devia ser tarde, pois o sol já não se via, começava a escurecer, e da mãe, nem sinal. Ficaram um pouco de orelhas erguidas, atentas aos sons, na esperança de ouvirem o chamamento da mãe, mas apenas o que ouviam era o coaxar das rãs que viviam na ribeira.

Esperavam que a mãe chegasse com uma boa refeição de peixe para que pudessem encher o estômago que já começava a dar sinal, e depois só restava refastelarem-se com a sobremesa preferida: uma boa dose de leite materno.

Ainda se sentiam muito cansadas, por isso voltaram a adormecer. Durante o sono, ambas sonharam que a mãe tinha voltado, que tudo estava bem outra vez.

Quando voltaram a acordar, olharam à volta:

– Mãeeeeee! – chamou a irmã mais pequena, e depois, - Mãeeeeeeee,! – chamaram as duas em coro. E…nada! A mãe não podia responder, porque não podia ouvir o chamamento das suas crias.

Como tinham fome, decidiram ir para a água e tentar arranjar qualquer coisa que se comesse. Nunca antes tinham procurado comida sozinhas, ainda eram crias desajeitadas e não dominavam as técnicas de pesca das lontras.

Ficaram muito tempo dentro de água sem que tenham conseguido grande sucesso, a única coisa que encontraram para comer foi um lagostim morto que lhes acalmou os estômagos.

Sentiam falta da mãe e, para além disso, estavam em perigo. Não sabiam procurar comida e a sua pelagem de bebé ainda não estava preparada para passarem muito tempo na água, fazendo com que ficassem desidratadas.

Ainda ficaram mais um pouco, na tentativa de encontrarem mais alguma coisa que se comesse, depois, dirigiram-se à margem e começaram a guinchar, chamando pela sua mãe, na esperança de serem ouvidas.

Esperam o resto da noite, ora se aninhavam uma na outra, sob a protecção da vegetação e dormiam um pouco, ora vinham para as margens e lançavam guinchos desesperados, chamando pela mãe.

No dia seguinte, ainda sem a mãe aparecer, as duas pequenas decidiram entrar na água para a procurar. Assim que entraram na água sentiram que a corrente estava com muita força, não conseguiram nadar contra a corrente. Com fome e sem forças, deixaram-se levar pela corrente.

Chegaram a uma praia fluvial onde a corrente era mais fraca. Ao longe avistaram algo que se agitava na água, começaram a ouvir alguns ruídos que lhes pareceu ser a sua mãe a chamar, então com todas as forças que lhes restavam, nadaram o mais rápido que puderam até junto daquilo que achavam ser a sua mãe. Estavam de tal forma fracas e esfomeadas que já não conseguiam distinguir o chamamento da sua mãe de outro qualquer som vindo de um animal que lhes parecia chamar por elas.

Aproximaram-se, sentiam a visão distorcida e já não tinham força para mais, por isso, mesmo quando se aperceberam que não era a sua mãe não se preocuparam, nunca tinham visto aquele ser vivo mas deixaram que ele se aproximasse. Era a sua única esperança de sobreviverem.

Aquele ser vivo que as pequenas lontrinhas tinham encontrado era um Humano que, ao aperceber-se da sua fragilidade, as levara para serem tratadas por profissionais num centro de recuperação para animais selvagens.

Aquela pessoa foi a salvação das pequenas lontrinhas que, com menos de dois meses, não teriam qualquer hipótese de sobreviverem muito mais tempo sozinhas.

Esta é uma parte da verdadeira história da minha vida.

Da próxima vez, se for eu a contar-vos o "Conto da Natureza", contarei então por onde passei, o que aconteceu comigo e com a minha mana, e onde estou hoje. (Continua)

LISTAS DE DISCUSSÃO TEMÁTICAS PARA SÓCIOS – INSCREVA-SE

No sentido de possibilitar a troca de informações e pontos de vista sobre diversas áreas e tendo em consideração que nem todos os sócios têm o mesmo tipo de interesses nem a mesma disponibilidade para receber emails, foi recentemente criado um conjunto de listas de discussão temáticas. Presentemente existem apenas três, mas outras poderão ser criadas, sendo que nessa altura serão comunicadas as instruções para quem se quiser inscrever.

Cada lista temática tem um moderador, devendo o pedido de inscrição ou qualquer outro pedido de natureza semelhante ser dirigido para o seu correio electrónico de contacto. Cada sócio poderá inscrever-se apenas numa ou em todas as listas temáticas indicando o seu nome completo e número de sócio a cada um dos moderadores.

LISTAS DISPONÍVEIS

listaquercusinterna@quercusancn.pt
Moderador: Francisco Ferreira – franciscoferreira@quercus.pt

listaenergiaclima@quercusancn.pt
Moderador: Francisco Ferreira – franciscoferreira@quercus.pt

listaquimicos@quercusancn.pt
Moderador: Susana Fonseca – susanafonseca@quercus.pt

Pagamento de Quotas

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento de quotas em atraso.
O pagamento pode ser efectuado em cheque ou vale postal ou ainda por transferência bancária (neste caso contacte primeiro a Gestão de Sócios para mais informações).
Mais se informa que em 2009 as quotas manterão o mesmo valor de 2008.
Para qualquer esclarecimento contactar ***Gestão de Sócios através do***
e-mail*: gestaosocios@quercus.pt*

Mais Notícias com a nova "newsletter" da Quercus-ANCN

Com o objectivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado já há algum tempo o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em www.quercus.pt.

Mecenas Principal:

REN Redes Energéticas Nacionais
20 ANOS Grupo GENERG

Mecenas:

2nomarket
VEOLIA ÁGUA Águas de Valonga

Fotocopie e envie para QUERCUS A.N.C.N. – Apartado 230 • 7801-903 Beja

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios: Apartado 230 • 7801-903 Beja
E-mail: quercusbeja@netc.pt • Telf.: 284 321 326
Núcleos: Algarve • Aveiro • Beja e Évora • Braga • Bragança • Castelo Branco • Coimbra e Viseu • Cova da Beira/Covilhã • Funchal/Madeira • Guarda • Lisboa • Litoral Alentejano • Ribatejo e Estremadura • Portalegre • Porto • Setúbal • S. Miguel/Açores • Ilha Terceira • Viana do Castelo • Vila Real

A preencher pela QUERCUS
Estatuto Sócio
Núcleo
Data

Boletim de Admissão a Sócio

Nome
Sexo (F/M)
Morada
Localidade C.P. -
Concelho Distrito País
Telefone Fax E-Mail
BI nº Data Nasc. / / Nacionalidade
Profissão
Data Assinatura

QUOTA mínima anual – Até 16 anos: 8 Euros • Estudantes (até aos 25 anos): 13 Euros • Adultos: 20 Euros • Colectivos: 45 Euros
Forma de Pagamento: Numerário, Cheque/Vale Postal nº _____ Banco _____ Valor _____
A preencher pela QUERCUS
Recebido – núcleo / CEA / etc. Receptor da Inscrição

Quercus ambiente

Ficha Técnica

Propriedade: Quercus – Associação de Conservação da Natureza
Morada: Centro Associativo do Calhau • Bairro do Calhau • 1500-045 Lisboa
Telefone: 21-778 84 74 • **Fax:** 21-778 77 49
E-mail Quercus Ambiente: jornal@quercus.pt
Site Quercus: www.quercus.pt
Director: Helder Spínola
Coordenador de produção: Susana Fonseca
Direcção Editorial: Idalina Perestrello
Marketing: Marcos Bartilotti
Grafismo: Liliana Fernandes
Colaboraram neste número: Alexandra Azevedo; Alexandrina Pipa; Ambra Sedlmayer; Ana André; Ana Cristina Costa; Andreia Gama; Carmen Lima; Célia Vilas Boas; Centro de Informação de Resíduos (CIR); Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; GENERG; Gonçalo Elias; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; José Manuel; José Paulo Martins; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional da Madeira da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Paulo Lucas; Rui Berkmeier; Sara Campos; Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA); Sofia Vilarigues; Susana Fonseca; Vanda Marques.
Fotos capa: L. Fernandes (LF); Rui Berkmeier (RB); Sofia Vilarigues (SV)
Fotos: Almeida Simões; Ana André; Ana Cristina Costa; Gabriel Lagarto; GENERG; Gonçalo Elias; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; João Pereira; José Janela; LH6.GGHT.com; Luís Avelar; L. Fernandes; Marcos Bartilotti; Miguel Horra/webshots.com; Museu do Papel; Nuno Sequeira; Paulo Lucas; Plataforma Refinaria No; Rui Berkmeier; Sofia Vilarigues; Vanda Marques; www.rmrp.com.
Impressão: Mirandela Artes Gráfica
Tiragem: 10 000 exemplares
Depósito Legal nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

EARTH CONDOMINIUM
A NEW JURIDIC CONCEPT FOR THIS PLANET

UMA FORMA HUMANA DE HABITAR O PLANETA

PROJECTO
CRIAR BOSQUES

CRIAR BOSQUES é um projecto da Quercus que visa criar e cuidar de bosques de espécies autóctones, árvores e arbustos originais da flora portuguesa. Através da colaboração com várias entidades e voluntários colhem-se sementes que germinamos em plantas, plantam-se árvores, cuidam-se de bosques, recupera-se a floresta portuguesa. Aprenda mais nesta página sobre a floresta autóctone e sobre este projecto e ajude a mudar a floresta portuguesa inscrevendo-se também para CRIAR BOSQUES.

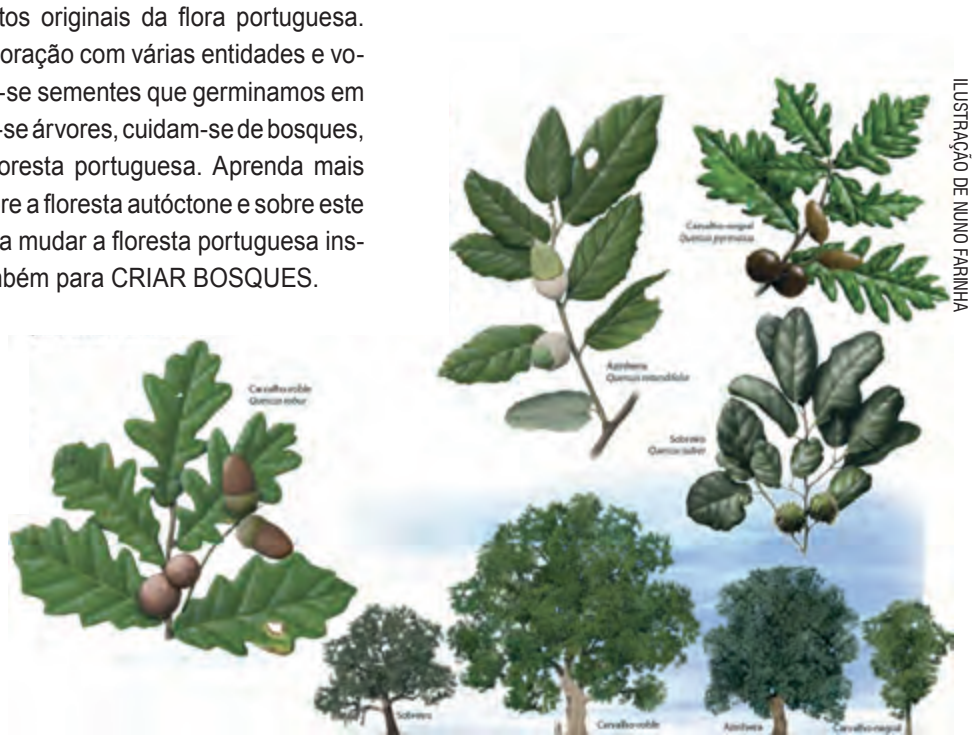


ILUSTRAÇÃO DE NUNO FARINHA

Objectivos do CRIAR BOSQUES:

- Reproduzir árvores e arbustos autóctones, nomeadamente algumas espécies raras ou ameaçadas de extinção;
- Restabelecer o coberto arbóreo e arbustivo autóctone em áreas públicas e privadas, através da plantação e do aproveitamento da regeneração natural;
- Disponibilizar plantas autóctones produzidas em viveiro para utilização em projectos de carácter conservacionista;
- Desenvolver uma componente de educação ambiental, designadamente através da criação de parques botânicos

de espécies autóctones em espaços públicos e privados;

- Envolver entidades públicas e privadas no desenvolvimento do projecto através de acções que evidenciem a sua cultura de responsabilidade ambiental.

Mais informações em:
http://www.condominiodaterra.org/criarbosques

foram já plantados:

35000

arbustos e árvores autóctones